



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Relatório de Gestão e Contas

do

Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial

2014



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice

Lista das principais abreviaturas	3
1. Introdução	4
2. Enquadramento.....	4
3. Apreciação sumária dos resultados alcançados.....	7
4. Candidaturas apresentadas ao Fundo e sua apreciação.....	9
4.1. Apreciação sumária	9
4.2. Distribuição Geográfica	9
4.3. Distribuição por Entidades	11
4.4. Análise qualitativa	12
4.5 Contratos	16
5. Sistema de Informação de Gestão do Fundo	23
6. Análise Orçamental, Económica e Financeira	24
6.1. Análise Orçamental.....	24
6.1.1. Execução do Orçamento.....	24
6.1.1.1. Saldos Orçamentais.....	25
6.1.2 - Receita	26
6.1.3 - Evolução da Receita	27
6.1.4 – Despesa	29
6.1.5 - Evolução da Despesa.....	31
6.2- Análise dos fluxos de caixa.....	32
6.3. Análise da situação Económica e Financeira.....	34
6.3.1 – Balanço	34
6.3.2 – Demonstração de Resultados	37
7. Síntese conclusiva.....	39



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2014).....	9
Quadro 2 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito-2014	10
Gráfico 1 – Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito (2009-2014)	10
Gráfico 2 – Número de candidaturas apresentadas por distrito	10
Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades – 2014	11
Quadro 4 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades (2009-2014)	11
Gráfico 3 - Distribuição das candidaturas por grupos de entidade e anos	11
Quadro 5 - Evolução da apreciação das candidaturas (valores acumulados).....	12
Quadro 6 – Apreciação das candidaturas (2009 a 2014)	13
Quadro 7 - Candidaturas aprovadas e por aprovar (2009 a 2014)	14
Gráfico 4 - Decomposição das candidaturas apresentadas	15
Quadro 8 - Candidaturas aprovadas e contrato assinado (2009 a 2014).....	17
Gráfico 5 - Comparticipação financeira aprovada, montante contratualizado e montante pago por ministério (2009-2014).....	17
Quadro 9 – Evolução dos contratos de financiamento (2010-2014)	18
Quadro 10 – Contratos de financiamento assinados em 2014.....	19
Gráfico 6 - Comparticipação financeira contratualizada e pagamentos efetuados.....	20
Quadro 11 - Ponto de situação dos contratos não executados	20
Quadro 12 – Candidaturas com encargos plurianuais	21
Quadro 13 – Contratos de financiamento assinados em 2014.....	22
Quadro 14 – Execução Orçamental.....	24
Quadro 15 – Saldos Orçamentais	25
Quadro 16 - Execução da Receita.....	26
Quadro 17 – Evolução da Receita (2012-2014).....	27
Gráfico 7- Evolução da receita por agrupamentos - 2012 a 2014.....	28
Quadro 18 - Execução da Despesa	29
Quadro 19 – Evolução da despesa 2012-2014.....	31
Gráfico 8- Evolução da despesa - 2012 a 2014.....	31
Gráfico 9- Evolução das transferências concedidas - 2012 a 2014	32
Quadro 20 - Fluxos de Caixa	32
Quadro 21 - Fluxos de Caixa	33
Quadro 22 – Balanço (2014-2013)	34
Quadro 23 - Acréscimos de proveitos- Juros de CEDIC.....	35
Quadro 24- Acréscimos de proveitos-Principio onerosidade/Alienação de imóveis.....	35
Quadro 25 – Demonstração de resultados (2014-2013).....	37



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Lista das principais abreviaturas

ADE	Administração Direta do Estado
AIE	Administração Indireta do Estado
AL	Administração Local
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGPRM	Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DIE	Direção de Infraestruturas do Exército
DRAP Alentejo	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
DRAP Algarve	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
DRAPLVT	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
DRAPN	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
DRCN	Direção Regional de Cultura do Norte
EPE	Entidades Públicas Empresariais
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.
FRCP	Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
GNR	Guarda Nacional Republicana
IGF	Inspeção Geral de Finanças
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos Saúde, IP
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude
MAI	Ministério da Administração Interna
MAM	Ministério da Agricultura e do Mar
MAOTE	Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e Energia
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação e da Ciência
MF	Ministério das Finanças
MJ	Ministério da Justiça
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
MSESS	Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
OS	Órgãos de Soberania
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PSP	Polícia de Segurança Pública
SGMEC	Secretaria-Geral do Ministério da Educação e da Ciência
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SGMSESS	Secretaria-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
TC	Tribunal de Contas
UGP	Unidade de Gestão Patrimonial



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

1. Introdução

O presente documento constitui o relatório de gestão e contas do Fundo relativo ao ano de 2014, em cumprimento do disposto no artigo 2.º da Portaria n.º 293/2009, de 24 de Março, que determina ainda que o mesmo deverá ser presente à Senhora Secretária de Estado do Tesouro, após parecer da Inspeção-Geral de Finanças.

Este é um documento que evidencia a situação económica, orçamental e financeira relativa ao exercício económico, espelhando, também, o progresso das principais atividades desenvolvidas e os resultados obtidos durante o ano de 2014, atentos os objetivos e ações definidos no respetivo plano de atividades.

2. Enquadramento

No contexto da reabilitação e conservação dos imóveis do Estado e dando cumprimento a uma das diretivas do Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2008, de 24 de Outubro, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de Janeiro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 66-B/2013, de 31 de dezembro, no âmbito do Ministério das Finanças, o Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, que tem por objeto e finalidade o financiamento das operações de recuperação, de reconstrução, de ampliação, de adaptação, de reabilitação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

Do ponto de vista da organização administrativa, o Fundo reveste a natureza de património autónomo sem personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 1.º do supracitado Decreto-Lei n.º 24/2009, regendo-se a sua atividade em observância com o estabelecido no regulamento de gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de Março.

Nos termos do regulamento de gestão, o financiamento é a fundo perdido, podendo atingir 80% do custo estimado da operação de intervenção e nas situações de obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização, essa percentagem poderá ser de valor superior.

As condições de atribuição e suspensão do financiamento pelo Fundo, bem como os demais direitos e deveres das partes, constituem o objeto do contrato de financiamento.

Para o efeito, estão abrangidos pelo financiamento os imóveis que se encontrem afetos ao funcionamento de serviços públicos, não contemplando, porém:

- Os imóveis classificados da propriedade do Estado não afetos ao funcionamento de serviços públicos;
- Os imóveis da propriedade do Estado utilizados pelas entidades a favor dos quais reverta integralmente o produto da alienação e oneração do património do Estado;
- As obras de conservação ou beneficiação que sirvam apenas para modernização das instalações;
- As obras em imóveis disponíveis para alienação;
- As operações de intervenção cujo orçamento global seja inferior a 100.000€, salvo obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Deste modo, são beneficiários de financiamento do Fundo os serviços utilizadores dos imóveis do Estado que apresentem a respetiva candidatura, devendo, no entanto, os aludidos projetos estar enquadrados no âmbito dos planos de conservação e reabilitação relativos aos imóveis que lhe estão afetos, elaborados em cumprimento do disposto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado.

Neste contexto, importa desde já referir que se encontra cometido às Unidades de Gestão Patrimonial papel fulcral na atividade do Fundo, competindo-lhes a apresentação à Comissão Diretiva das candidaturas elaboradas pelos serviços, após apreciação, validação da informação e sua hierarquização, bem como de acordo com as prioridades que lhe sejam atribuídas.

Por outro lado, no caso das candidaturas aprovadas e cujo contrato de financiamento já tenha sido celebrado, cabe às UGP efetuar o seu acompanhamento e aferir do cumprimento do projeto de execução da obra, nas várias fases e informar a Comissão Diretiva, tendo em vista o desembolso da participação financeira.

As operações materiais de fiscalização e acompanhamento da obra são reduzidas à elaboração de um auto.

O órgão de gestão do Fundo é a respetiva Comissão Diretiva, constituída em conformidade com o Decreto-Lei nº24/2009, de 21 de Janeiro, sendo atualmente presidida pela Senhora Dr.ª Elsa Roncon Santos, Diretora Geral do Tesouro e Finanças. Os restantes membros, nomeados pelo Despachos n.ºs 510/15, de 10 de abril da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e 221/13, de 31 de janeiro, da então Secretária de Estado do Tesouro, são:

- Eng. Bernardo Xavier Alabaça, Subdiretor-Geral da Direção-Geral do Tesouro e Finanças
- Dr.ª Graciete da Conceição Pires Tomás Calejo Pinto, assessora principal da Direção-Geral do Tesouro e Finanças

A Comissão Diretiva é responsável por assegurar as relações do Fundo com o Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial e com as unidades de gestão patrimonial, com os serviços utilizadores dos imóveis e com a DGTF, bem como apreciar, hierarquizar e aprovar as candidaturas apresentadas e proceder ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

No ano de 2014, foram realizadas vinte e quatro reuniões da Comissão Diretiva das quais foi lavrada ata, para apreciação dos assuntos que competem a este órgão. Os temas apreciados nas referidas reuniões incidiram sobre a análise, apreciação e aprovação das candidaturas submetidas ao Fundo, às decisões de financiamento das candidaturas aprovadas e ainda à gestão e programação financeira do Fundo.

No âmbito das matérias apreciadas, identificam-se os seguintes pontos:

- Apreciação e aprovação da reaplicação de verbas de CEDIC- Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo resgatados e ainda da retenção do capital e dos respetivos juros;
- Apreciação e aprovação da proposta de aplicação em despesa efetiva do saldo de gerência de 2013 bem como da amortização de duas aplicações financeiras em CEDIC - Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo;
- Reapreciação e aprovação do montante a financiar de vinte e oito candidaturas apresentadas pela Guarda Nacional Republicana (3), Polícia de Segurança Pública (2), Direção de Infra-Estruturas do Exército (12), Secretaria-Geral do MF (1), Direção-Geral do



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Património Cultural (4), Direção Regional da Cultura do Norte (1), Instituto Português de Desporto e Juventude (1), Biblioteca Nacional de Portugal (1), Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (1), Secretaria-Geral da PCM (1) e Secretaria-Geral do MSESS (1);

- Cancelamento/Desistência de candidaturas apresentadas pela Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros (2) e Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P (1) e não aprovação de candidatura apresentada pela Direção de Infra-Estruturas do Exército (1);
- Apreciação e autorização dos pedidos de pagamento apresentados pelas entidades, bem como autorização dos respetivos processamentos de despesa: Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, Direção de Infra-Estruturas do Exército, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Biblioteca Nacional de Portugal, Direção Regional da Cultura do Norte, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P, Secretaria-Geral do MSESS e Direção-Geral do Tesouro e Finanças, na sequência dos contratos de financiamento celebrados;
- Aprovação de 24 contratos de financiamento, relativamente às candidaturas apresentadas pela Direção Regional Agricultura e Pescas do Alentejo (2), Secretaria-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (1), Guarda Nacional Republicana (3), Polícia de Segurança Pública (2), Direção Regional da Cultura do Norte (1), Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência (1), Biblioteca Nacional de Portugal (1), Direção de Infra-Estruturas do Exército (11), Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P (1) e Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (1);
- Aprovação de 3 aditamentos aos contratos de financiamento celebrados com o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa em 28 de Junho 2012, Biblioteca Nacional de Portugal (contrato n.º 8/2014, de 7 de Outubro) e Secretaria-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (contrato n.º 3/2014, de 2 de junho);
- Apreciação de transição de processos no contexto do fecho orçamental de 2013;
- Aprovação da proposta de orçamento do Fundo para 2015;
- Apreciação e aprovação dos relatórios da execução orçamental respeitantes a 2014;
- Apreciação e aprovação do plano de atividades para 2015;
- Apreciação e aprovação dos documentos de prestação de contas respeitantes ao ano económico de 2014;
- Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas de 2014;

Para além das disposições regulamentares acima referidas, foram igualmente acolhidas na elaboração do presente relatório as recomendações e observações formuladas pelo Tribunal de Contas no seu relatório de auditoria à atividade do Fundo produzido em 2014 e pela Inspeção-Geral de Finanças nos seus relatórios de auditoria e parecer respeitante aos relatórios de gestão e contas do Fundo.

Cumprе salientar e agradecer a colaboração prestada pela IGF, entidade a quem cabe o controlo e fiscalização da gestão do Fundo, a qual tem contribuído de forma muito significativa para o aperfeiçoamento dos procedimentos adotados.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3. Apreciação sumária dos resultados alcançados

A atividade desenvolvida em 2014, integrou um conjunto de projetos e ações, que se encontravam definidos no respetivo plano de atividades e cujos resultados alcançados se revelaram bastante satisfatórios, encontrando-se sustentados e sintetizados nos pontos seguintes.

Verificou-se um avanço bastante positivo em 2014, quer no ritmo de apreciação e decisão das candidaturas, quer na sua contratualização, tendo sido celebrados 27 novos contratos de financiamento, dos quais 3 são contratos de aditamento a 1 contrato assinado em 2012 e 2 a contratos assinados em 2014. Assim, foram contratualizadas 24 candidaturas das quais 3 correspondem a candidaturas entradas em 2009, 2 de 2010, 1 de 2011, 2 de 2013 e 16 de 2014, permanecendo no final de 2014 um universo de apenas 26 candidaturas por contratar.

Continuou a verificar-se a tendência de crescimento a nível da execução financeira já evidenciada no ano anterior, sendo que o volume total de financiamento do Fundo, associado à despesa efetivamente paga pelos serviços beneficiários, ascendeu a 3.798,3 milhares de euros, (contra os 3.244,9 milhares de euros que haviam sido executados no ano anterior), constituído por 2.813 milhares de euros do Fundo e 985,3 milhares de euros dos serviços beneficiários.

Em termos de realização executada, apesar do aumento significativo do volume de financiamento contratado em 2014, registou-se ainda uma desproporção, entre este e o executado, motivado, essencialmente, por dois dos contratos envolverem encargos plurianuais a repartir pelos anos de 2015 e 2016 e, pelas dificuldades de natureza processual e administrativa, relacionadas com os procedimentos de contratação pública.

Não obstante, a melhoria referida, continuaram ainda a persistir algumas dificuldades na contratualização das demais candidaturas aprovadas, justificadas pelas restrições orçamentais adotadas e que têm reflexo nas disponibilidades dos serviços beneficiários para assegurar a cabimentação orçamental da sua responsabilidade. Por outro lado, há, também, aspetos de natureza processual e administrativa, relacionados essencialmente com a morosidade dos procedimentos de contratação pública e, ainda, na obtenção das autorizações prévias através da aprovação e assinatura da respetiva portaria de extensão de encargos, atendendo a que algumas das intervenções propostas envolvem encargos plurianuais.

O avanço bastante positivo verificado em 2014 é, em grande medida, justificado pela continuidade das ações de divulgação do Fundo junto dos diversos serviços e organismos públicos e, ainda, ao nível da articulação com as UGP e os respetivos serviços beneficiários, por um acompanhamento mais intenso visando agilizar procedimentos e esclarecimentos de dúvidas no âmbito da operacionalização das candidaturas.

É ainda de salientar que a receita arrecadada em 2014 no montante de € 2.233,1 milhares de euros, proveniente de juros, da alienação e arrendamento de bens imóveis do Estado, da implementação do princípio da onerosidade, revelou-se insuficiente, para fazer face ao volume de pagamentos a efetuar aos serviços beneficiários e decorrentes dos contratos celebrados, que ascendeu a 2.813 milhares de euros, situação esta que implicou a apresentação de proposta de utilização, em despesa efetiva, do saldo de gerência de 2013 e da receita de ativos financeiros provenientes do reembolso de aplicações financeiras que o Fundo dispõe em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo-CEDIC.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Cabe ainda mencionar o efeito positivo que teve a consulta às unidades de gestão patrimonial da PCM e MS, relativamente às candidaturas aprovadas de anos anteriores e ainda não contratualizadas, uma vez que veio confirmar o interesse dos serviços beneficiários na manutenção das candidaturas e que a sua não execução se deveu a razões decorrentes das medidas de contenção orçamental. O resultado foi a devolução de 2 candidaturas e apresentação de uma que entretanto foi aprovada e a contratualizar em 2015, porquanto a portaria de extensão de encargos plurianuais apenas foi aprovada em 31 de dezembro, a contratualização de 1 candidatura em 2014 e a previsão de contratualização de 3 para 2015 e 5 candidaturas para 2016.

Refira-se ainda que foram introduzidas melhorias e aperfeiçoamentos na gestão operacional do Fundo sobre as candidaturas recebidas, analisadas e aprovadas, relativas a operações de recuperação, reconstrução e conservação dos imóveis de propriedade do Estado, conduzindo a que de forma expedita seja possível fazer o "audit trail" de cada processo e verificar a sua evolução.

No que respeita ao processo de operacionalização de apresentação de candidaturas online, visando a normalização do conjunto de documentos que devem ser submetidos relativamente a cada candidatura e a otimização dos tempos de verificação e apreciação das mesmas, bem como permitir aos serviços beneficiários a consulta e interação fácil em qualquer momento e em qualquer fase do ciclo das candidaturas, não foi possível concluir em 2014 este objetivo, atendendo a que esta funcionalidade encontra-se dependente do projeto em desenvolvimento pela DGTF e que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial.

Deve ainda referir-se que durante o ano de 2014 foi revista a modalidade de utilização da solução GERFIP, disponibilizada pela ESPAP, IP, tendo sido alterada de Plataforma Partilhada para Partilha de Serviços, no último trimestre, o que se traduziu que um conjunto de tarefas até aí da responsabilidade do Fundo, passaram a ser executadas pela ESPAP, com o acompanhamento do Fundo.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

4. Candidaturas apresentadas ao Fundo e sua apreciação

4.1. Apreciação sumária

Em 2014 teve lugar o sexto ano da vigência dos apoios financeiros às operações de recuperação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado, tendo-se registado a apresentação de 225 candidaturas, que envolveram um investimento total de 137 milhões de euros.

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2014)

Ministério	2009-2011		2012		2013		2014		Total	
	Nº	Estimativa Orçamental	Nº	Estimativa Orçamental	Nº	Estimativa Orçamental	Nº	Estimativa Orçamental	Nº	Estimativa Orçamental
MAI	5	790.025	14	1.282.594	3	290.698	7	936.350	29	3.299.667
MAM	26	3.282.753							26	3.282.753
MAOTE	1	1.542.301							1	1.542.301
MDN		0			5	839.929	18	4.507.014	23	5.346.943
ME		0	1	437.760					1	437.760
MEC	10	5.251.665							10	5.251.665
MF		0	1	143.541			2	905.581	3	1.049.122
MJ		0			12	2.418.464			12	2.418.464
MS	54	70.146.022			9	7.104.600	4	4.768.733	67	82.019.355
MSESS	13	8.074.987			4	3.178.484			17	11.253.471
PCM	22	14.836.098			8	4.473.866	6	2.395.296	36	21.705.259
Total	131	103.923.851	16	1.863.894	41	18.306.040	37	13.512.974	225	137.606.760

Comparativamente com o ano anterior, verifica-se uma redução, quer ao nível do número de candidaturas apresentado (10%), quer a nível da estimativa orçamental com uma diminuição de 26,2%

De referir ainda que no tocante às candidaturas apresentadas em 2014 apenas 2 apontam para uma estimativa orçamental inferior a 100 mil euros, sendo 1 no âmbito da PCM e 1 do MAI.

Em termos acumulados, o maior número de candidaturas apresentadas ao Fundo concentra-se no MS, seguindo-se a PCM e o MAI, sendo este substituído pelo MSESS quando o termo de comparação é o investimento envolvido.

4.2. Distribuição Geográfica

Em relação à localização dos imóveis das candidaturas apresentadas e investimentos envolvidos confirma-se em 2014 a situação já observada desde 2009, que o distrito de Lisboa mantém a liderança, com um valor aproximado de 10.649,5 milhares de euros, correspondente a 79% do investimento, número para o qual contribui o facto de a grande maioria dos serviços se encontrarem sediados nesse distrito.

Segue-se o distrito de Santarém que ocupa a segunda posição com cerca de 22% das candidaturas, representado pelo MDN (8) com 11% (1.427 milhares de euros) do investimento.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 2 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito-2014

Distrito	N.º	Nº (%)	Valor (€)	Valor (%)
Beja	1	3%	221.400,00	2%
Faro	1	3%	116.850,00	1%
Guarda	1	3%	107.010,00	1%
Ilha de São Miguel	2	5%	335.912,91	2%
Ilha Terceira	1	3%	184.500,00	1%
Lisboa	20	54%	10.649.528,86	79%
Santarém	8	22%	1.427.715,67	11%
Setúbal	1	3%	156.702,00	1%
Viana do Castelo	1	3%	171.904,80	1%
Viseu	1	3%	141.450,00	1%
Total Geral	37	100%	13.512.974,24	100%

Em termos acumulados e conforme se pode observar nos gráficos 1 e 2, prevalece tal como já acontecia, a relevância do distrito de Faro que, excluindo Lisboa e em comparação com os restantes distritos, apresenta um volume de investimento mais significativo, correspondendo a 16,5%, assumindo especial significado as candidaturas apresentadas pelo MS, com 17 atribuídas à Administração Regional de Saúde do Algarve e, ainda, as 9 candidaturas relativas ao MAM.

A este nível merece ainda salientar, em número de candidaturas apresentadas, os distritos de Santarém, Coimbra, Aveiro e Porto, e atendendo ao volume de investimento que lhes está associado os distritos de Aveiro, Porto e Coimbra.

Gráfico 1 – Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito (2009-2014)

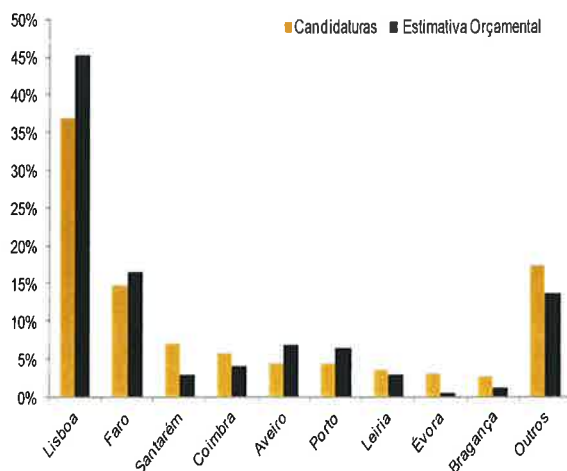
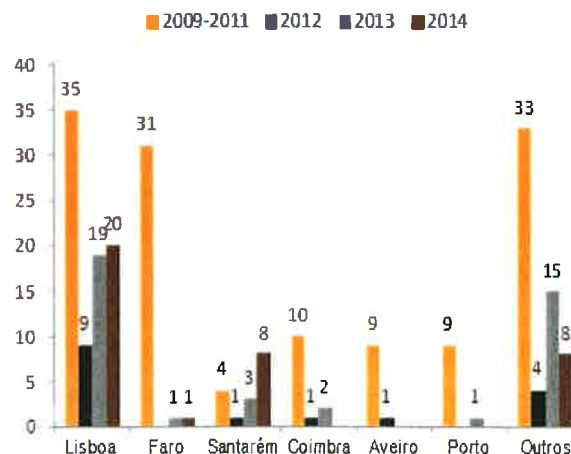


Gráfico 2 – Número de candidaturas apresentadas por distrito





MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

4.3. Distribuição por Entidades

Analisando as candidaturas apresentadas em 2014 por grupos de entidades, pode observar-se no quadro 3 que, quer em número de candidaturas, quer a nível de investimento estas concentram-se nos serviços que integram a Administração Direta do Estado (ADE) responsável por 84%, correspondendo-lhe também a maior fatia a nível de investimento com 56%.

Contribui para aquela distribuição especialmente o MDN (18) e a PCM (4), com um peso de 33,4% e 8,9% do investimento, sendo que no caso da PCM se deve ao facto de as intervenções propostas estarem associadas a 2 candidaturas com encargos plurianuais.

Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades – 2014

SETOR	Candidaturas			
	N.º	Nº (%)	Valor (€)	Valor (%)
Administração Direta	31	84%	7.557.536,26	56%
Administração Indireta	6	16%	5.955.437,98	44%
Total Geral	37	100%	13.512.974,24	100%

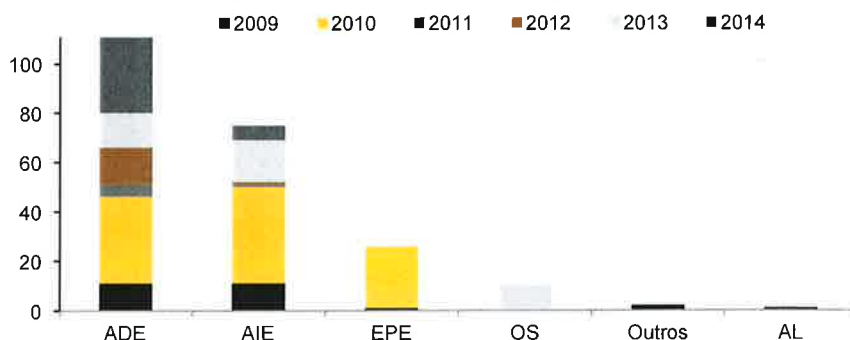
Este tipo de repartição já se tinha verificado nos anos de 2011 e 2012 em que, em termos de número de candidaturas, a ADE era representada por 83,3% e 93,75%, seguindo-se a AIE com 16,7% e 6,3%, respetivamente. Em termos de investimento verifica-se o mesmo comportamento.

Quadro 4 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades (2009-2014)

SETOR	Candidaturas			
	N.º	Nº (%)	Valor (€)	Valor (%)
Administração Direta do Estado	111	49%	31.186.329,49	23%
Administração Indireta do Estado	75	33%	57.030.733,63	41%
Entidade Pública Empresarial	26	12%	45.901.123,88	33%
Órgão de soberania/Tribunal	10	4%	1.513.424,94	1%
Outros	2	1%	1.937.909,62	1%
Administração Local	1	0%	37.238,58	0%
Total Geral	225	100%	137.606.760,14	100%

Em termos acumulados (2009-2014) constata-se situação idêntica ao apurado em 2013, ou seja, em número de candidaturas, estas concentram-se nos serviços que integram a ADE, responsável por 49 % das candidaturas apresentadas embora lhes correspondam apenas 23% do investimento e o peso maior em termos de investimento, na AIE responsável por 41%, com 75 candidaturas.

Gráfico 3 - Distribuição das candidaturas por grupos de entidade e anos





FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

4.4. Análise qualitativa

No decorrer do ano de 2014 foram apresentadas 37 novas candidaturas, 18 no âmbito do MDN, 7 pelo MAI, 6 pela PCM, 4 pelo MS e 2 relativas ao MF, que no conjunto totalizam aproximadamente 13.513 milhares de euros de investimento.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução da atividade operacional do Fundo em 2014, ao nível de número de candidaturas submetidas e apreciadas e comparação com a atividade dos anos anteriores.

Quadro 5 - Evolução da apreciação das candidaturas (valores acumulados)

Anos	N.º de Propostas recebidas	N.º de Candidaturas Devolvidas/Cancelada Revogadas/ Desistências	N.º de Candidaturas em análise	N.º de Candidaturas Admitidas	
				Aprovadas	Por Aprovar
2009	26	13	13		
2010	125	60	33	11	21
2011	131	75	15	34	7
2012	147	79	11	41	16
2013	188	104	18	62	4
2014	225	109	30	84	2

O universo de candidaturas apreciadas em 2014 foi de 60, no qual se inclui as 37 que deram entrada no ano, as 22 candidaturas que transitaram de 2013 (18 em fase de análise e 4 pendentes de aprovação) e ainda 1 que já tinha sido objeto de aprovação. Deste universo 23 foram aprovadas, 5 devolvidas/revogadas incluindo a devolução de 1 candidatura aprovada em anos anteriores, 2 pendentes de aprovação e as demais 30 encontram-se em fase de análise.

No que respeita às candidaturas devolvidas registou-se um decréscimo, tendo sido devolvidas 5 candidaturas, 2 apresentadas em 2014 e 3 em anos anteriores. Relativamente às candidaturas de 2014, a devolução resultou do facto de 1 intervenção proposta não cumprir os requisitos de admissão previstos no regulamento de gestão do Fundo, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, por serem obras de adaptação programática/funcional e a outra por ter apresentado em substituição uma nova candidatura.

Em relação às candidaturas de anos anteriores, foram devolvidas 2 candidaturas no âmbito da PCM, apresentadas pela Secretaria-Geral, sendo que uma das candidaturas já tinha sido objeto de aprovação de uma comparticipação financeira no valor global de 423,7 milhares de euros, no entanto, a entidade formalizou a desistência com o fundamento de a intervenção já ter sido parcialmente executada e apresentou uma nova candidatura para o mesmo edifício.

Quanto à outra candidatura a Secretaria-Geral apresentou como justificação o facto de não ser oportuna a intervenção prevista apesar de o edifício manter a necessidade de beneficiação mencionada. Foi, ainda, cancelada uma candidatura no âmbito do MS, apresentada pelo Infarmed, na sequência da apresentação de uma nova candidatura pela Administração Central do Sistema de Saúde para o mesmo edifício.

Deste modo, o total de candidaturas devolvidas perfaz (109), a que corresponde um montante global de investimento de 87.361 milhares de euros, representando 63% da totalidade das candidaturas submetidas. Este número tão elevado de candidaturas sem



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

condições de admissibilidade reflete, essencialmente, a falta de enquadramento das candidaturas e dos seus beneficiários, nas condições gerais e específicas previstas no Regulamento de Gestão do Fundo, sendo que aproximadamente 73% inclui as EPE e a situação de os imóveis não serem propriedade do Estado e 27% a tipologia de obra e as situações de desistência e/ou revogação.

Sublinha-se, ainda assim, que o universo das candidaturas devolvidas poderá ser reduzido, atenta a reapreciação das candidaturas apresentadas pelas EPE e que envolvam imóveis da propriedade do Estado, na sequência da recomendação do Tribunal de Contas no seu relatório de auditoria ao Fundo produzido em 2014.

No que concerne ao universo das candidaturas em análise, verificou-se um acréscimo no número de candidaturas, cujo peso é de 13,3% face a 9,6% em 2013, bem como na estimativa orçamental a elas associado. Este acréscimo deve-se à apresentação de 13 candidaturas em 2014, entre as quais se destacam 6 apresentadas em dezembro e referente a intervenções a realizar no ano de 2015, 5 pela Força Aérea e uma pela PSP, que correspondem a 1.948 milhares de euros. Por sua vez, no tocante às restantes candidaturas, no montante de 5.685 milhares de euros, o processo de conclusão da análise encontra-se pendente da junção de elementos complementares e essenciais, por parte dos serviços beneficiários, nomeadamente, apresentação de uma memória descritiva e justificativa, com descrição das patologias presentes nos imóveis e as intervenções a implementar, acompanhadas de uma estimativa de custo de todos os trabalhos.

Regista-se ainda a manutenção de 12 candidaturas apresentadas em 2013, 8 pelo Centro Hospitalar do Oeste e 4 pela Casa Pia que correspondem a 10.075 milhares de euros, para as quais foram igualmente pedidos esclarecimentos adicionais. Permanecem ainda em análise 5 candidaturas que transitaram de anos anteriores e que ainda não foi possível decidir por insuficiência de elementos sobre a situação patrimonial dos imóveis, apesar do trabalho realizado com os serviços beneficiários.

O quadro aqui representado reflete a apreciação das candidaturas submetidas ao nível dos Ministérios.

Quadro 6 – Apreciação das candidaturas (2009 a 2014)

Ministério	Propostas Recebidas		Candidaturas Devolvidas/ Canceladas/Revogadas/ Desistência		Candidaturas em análise		Candidaturas Admitidas	
	N.º	Estimativa Orçamental	N.º	Estimativa Orçamental	N.º	Estimativa Orçamental	N.º	Estimativa Orçamental
MAI	29	3.299.666,66	6	607.266,60	3	442.800,00	20	2.249.600,06
MAM	26	3.282.753,37	9	692.775,50	3	282.408,05	14	2.307.569,82
MAOT	1	1.542.301,29	0	-			1	1.542.301,29
MDN	23	5.346.943,15	2	397.316,29	5	2.294.087,76	16	2.655.539,10
ME	1	437.759,53	1	437.759,53				
MEC	10	5.251.665,09	8	3.852.270,27	1	380.290,00	1	1.019.104,82
MF	3	1.049.122,35	0	-	1	615.000,00	2	434.122,35
MJ	12	2.418.464,07	12	2.418.464,07				
MS	67	82.019.354,78	48	59.082.763,22	13	12.131.227,90	6	10.805.363,66
MSESS	17	11.253.470,57	11	5.496.153,56	4	3.178.483,60	2	2.578.833,41
PCM	36	21.705.259,28	12	14.376.645,60			24	7.328.613,68
Total	225	137.606.760,14	109	87.361.414,64	30	19.324.297,31	86	30.921.048,19



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Sobre as candidaturas admitidas, apresenta-se no quadro 7 o ponto de situação do número de candidaturas aprovadas e por aprovar e os montantes do investimento, em função dos Ministérios a que as candidaturas respeitam.

Quadro 7 - Candidaturas aprovadas e por aprovar (2009 a 2014)

Ministério	Candidaturas Admitidas		Candidaturas Aprovadas			Candidaturas Por Aprovar	
	N.º	Estimativa Orçamental	N.º	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar	N.º	Estimativa Orçamental
MAI	20	2.249.600,06	20	2.249.600,06	1.746.274,69		
MAM	14	2.307.569,82	14	2.307.569,82	1.754.738,33		
MAOTE	1	1.542.301,29	1	1.542.301,29	1.156.725,97		
MDN	16	2.655.539,10	16	2.655.539,10	2.035.316,07		
MEC	1	1.019.104,82	1	1.019.104,82	764.328,61		
MF	2	434.122,35	2	434.122,35	347.297,88		
MS	6	10.805.363,66	4	1.348.520,60	1.011.390,45	2	9.456.843,06
MSESS	2	2.578.833,41	2	2.578.833,41	1.952.366,73		
PCM	24	7.328.613,68	24	7.328.613,68	6.162.335,37		
Total	86	30.921.048,19	84	21.464.205,13	16.930.774,09	2	9.456.843,06

Em resultado da aprovação de 23 novas candidaturas, excluindo 1 da PCM entretanto objeto de desistência, elevou-se para 84 o conjunto das aprovadas e o volume de investimento total comprometido com o financiamento ascendeu a 16.930 milhares de euros. Em termos médios de percentagem de financiamento, aquele valor corresponde a 79% do custo estimado da operação de intervenção, ou seja, muito próximo do valor máximo previsto na Portaria n.º 293/2009.

Registe-se ainda que o conjunto das 23 candidaturas aprovadas em 2014 contempla 2 candidaturas (n.ºs 12/2014 e 19/2014) cuja estimativa de custos apesar de ser inferior a 100 mil euros, mas que, foram consideradas enquadráveis na exceção prevista no n.º 2, alínea e) do artigo 4.º do regulamento de gestão do Fundo, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de Março. Com efeito, tais intervenções foram tidas como prioritárias ou relevantes, face à especial natureza dos trabalhos a realizar, sendo a primeira justificada por a intervenção permitir a substituição integral da cobertura com revestimento em fibrocimento e, no caso da candidatura n.º19/2014 por contemplar a instalação de um sistema de controlo dos níveis de temperatura e humidade, sistema essencial para um imóvel que desempenha a função de arquivo histórico fotográfico.

Importa também mencionar a aprovação, a título excepcional, com atribuição de financiamento a 100%, previsto no n.º 2 do artigo 9.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º, ambos do regulamento de gestão do Fundo, da candidatura n.º 4/2014, respeitante à requalificação do Palácio Nacional da Ajuda – Conservação e restauro da fachada Este, cuja intervenção foi considerada prioritária por se tratar de um espaço de inestimável valor patrimonial (classificado de monumento nacional) e funcional para o Estado Português, atenta a sua especial localização, bem como a natureza dos trabalhos de recuperação a executar, que englobam as diversas componentes das fachadas, por forma a deter os processos de degradação de elementos vitais e de grande monumentalidade do imóvel.

Quanto às restantes 2 candidaturas por aprovar e que se encontravam pendentes da junção de elementos por parte do serviço beneficiário, aguarda-se esclarecimento da respetiva unidade de gestão patrimonial, sobre o propósito do serviço acerca das candidaturas, bem como da presença na resposta decorrente de as intervenções propostas de remodelação

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

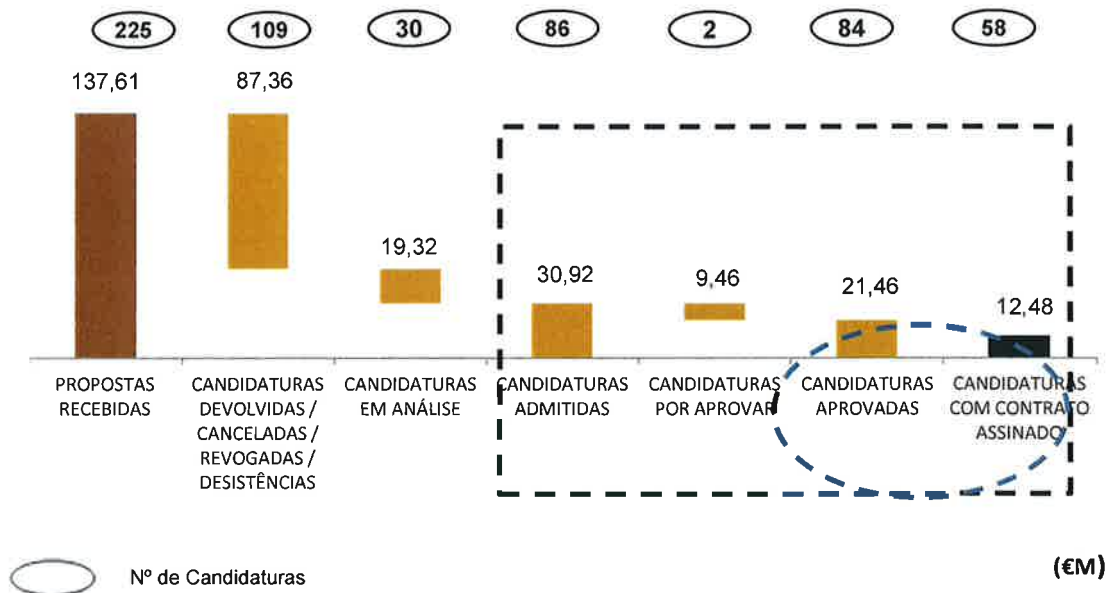
total dos imóveis apresentarem uma estimativa de custos bastante elevada, que poderá ser canalizada para outras candidaturas.

Faz-se notar que, em termos de estimativa orçamental das candidaturas admitidas, o grupo das candidaturas por aprovar tem um peso bastante significativo (30,6%) quando comparado com o n.º de candidaturas que representa (2,3%), situação esta que se deve ao facto de as intervenções propostas envolverem a reabilitação total dos imóveis.

Apresenta-se de seguida, no gráfico 4, de forma sucinta e esquemática, a decomposição das candidaturas reportada ao final de 2014.

Do total das 84 candidaturas aprovadas apenas 58 se encontram com contratos de financiamento assinados, permanecendo, no final de 2014, um universo de 26 candidaturas por contratualizar.

Gráfico 4 - Decomposição das candidaturas apresentadas



Cabe ainda salientar que o universo das candidaturas por contratualizar, a curto prazo, vai ser reduzido de 4 candidaturas, sendo 3 no âmbito da PCM, (candidaturas n.ºs 14/2013, 4/2014 e 10/2014) cujos contratos se prevê assinar no início de 2015, em virtude ter já sido publicada as respetivas portarias de extensão de encargos. Em relação à outra candidatura (n.º 24/2009) implica também redução do montante a financiar de 1.660,5 milhares de euros, em virtude de ter sido entretanto autorizada a desistência da candidatura, formalizada pela Autoridade para as Condições do Trabalho, com fundamento nos constrangimentos orçamentais, que não permitiram a recuperação do edifício, que com o decurso dos anos se foi agravando a sua degradação, o que conduziu à entrega do imóvel à Direção-Geral do Tesouro e Finanças.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

4.5 Contratos

Em 2014 o nível de compromisso a financiar pelo Fundo, respeitante às 84 candidaturas aprovadas, totaliza 21,46 milhões de euros, a que corresponde um montante total contratualizado de 12,48 milhões de euros e uma taxa de compromisso de 58,2%.

Apesar do progresso registado, persiste, ainda, um desfasamento entre as candidaturas aprovadas e as contratualizadas, explicado, essencialmente, pelas restrições orçamentais impostas pela atual conjuntura às entidades beneficiárias e, também, pela existência de candidaturas com encargos plurianuais, cujos procedimentos se encontram pendentes da aprovação e assinatura da respetiva portaria de extensão de encargos.

Todavia, parece de fazer menção às exceções como é o caso das 4 candidaturas aprovadas n.ºs 15/2014, 10/2014, 4/2014 e 14/2013 em que os serviços beneficiários – Direção de Infraestruturas do Exército, Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros e a Direção-Geral do Património Cultural – disponibilizaram os documentos necessários, mas que, não foi possível a formalização dos respetivos contratos de financiamento. Em relação à candidatura n.º 15/2014, face à resolução do contrato de empreitada e não ter sido possível a adjudicação da obra ao segundo classificado do concurso porquanto não era exequível executar a obra no ano de 2014 e no tocante às outras 3 candidaturas as portarias de extensão de encargos apenas foram publicadas a 31 de dezembro de 2014, 2 e 7 de janeiro de 2015.

Em relação à candidatura n.º 15/2014, verificou-se a resolução do contrato de empreitada e não foi possível a adjudicação da obra ao segundo classificado do concurso porquanto não era exequível executar a obra no ano de 2014 e, no tocante, às outras 3 candidaturas as portarias de extensão de encargos apenas foram publicadas a 31 de dezembro de 2014, 2 e 7 de janeiro de 2015.

Da análise do quadro 8 e gráfico 5 ressalta que 71,4% das candidaturas aprovadas encontram-se concentradas em três ministérios - PCM, MAI e MDN, com a seguinte distribuição 28,6%, 23,8% e 19,0%, respetivamente, e que os mesmos representam 74,1% das contratualizadas.

Constata-se também que daqueles ministérios a PCM apresenta a taxa de contratualização mais baixa com 37,5% e o MAI a mais alta com 95,0 %, seguindo-se o MDN com 93,8%. Ao nível da execução financeira, destacam-se quatro ministérios - MAOTE, MDN, MF e MESS com uma taxa de execução de 100%, o MAM com uma execução de 6,6% e o MEC sem execução, apesar de a taxa de contratualização ser de 100%, atendendo a que se reporta apenas a 1 candidatura.

A justificação para a reduzida taxa de contratualização apresentada pela PCM resulta, em parte, pelo facto de 3 das 5 candidaturas aprovadas em 2014 respeitarem a intervenções com encargos plurianuais, para os anos de 2014 e 2015, cujas portarias foram publicadas apenas a 31 de Dezembro de 2014, 2 e 7 de Janeiro de 2015.

A este propósito convirá também mencionar a consulta efetuada em 2013 às unidades de gestão patrimonial, tendo em vista melhorar o desempenho do Fundo e conseqüente libertação de verbas para outras candidaturas e que, no âmbito da PCM, de um modo geral, os serviços beneficiários mostraram interesse na continuidade das candidaturas aprovadas em anos anteriores, uma vez que o atraso se deveu aos constrangimentos financeiros e dificuldades na mobilização da contrapartida da sua responsabilidade.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Em resultado dessa consulta apenas a Secretaria-Geral apresentou a desistência das duas candidaturas, uma com o fundamento de a intervenção já ter sido executada parcialmente, tendo ainda formalizado uma nova candidatura para o mesmo edifício e em relação à outra candidatura por não ser oportuna a intervenção prevista apesar de o edifício manter a necessidade de beneficiação.

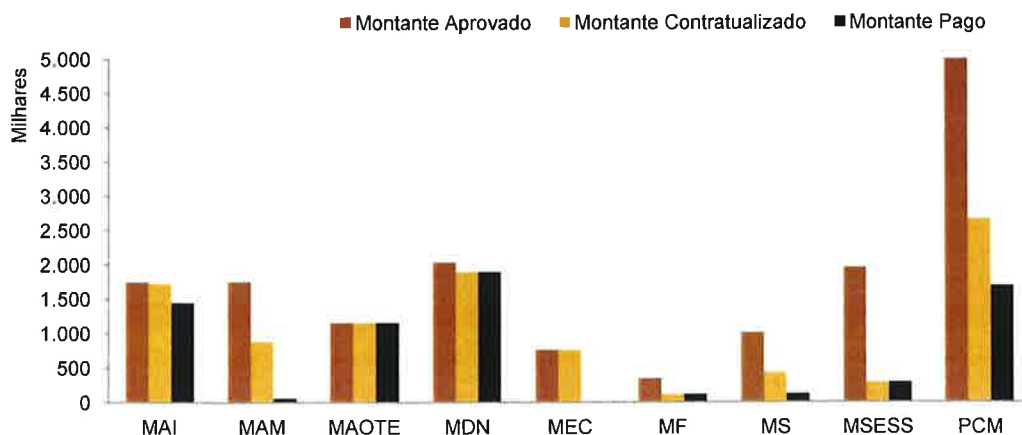
Das restantes candidaturas, verifica-se que em relação às 7 candidaturas da Biblioteca Nacional, 1 foi objeto de contrato de financiamento em 2014 e executada, 3 a considerar no orçamento para 2015 e as outras 3 prevê-se a execução para 2016. Quanto às 2 candidaturas apresentadas pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas foi autorizada a prorrogação do prazo para a entrega dos projetos de execução, prevendo-se a sua execução para 2016.

Importa salientar que a execução financeira relativamente baixa do MAM deve-se à circunstância de apenas 2 das 9 candidaturas com contrato, constituindo um deles um aditamento ao já existente, se encontrar concluído e pago, 1 foi parcialmente executado, e das restantes 7, 4 encontrarem-se pendentes do lançamento dos procedimentos de contratação pública, atendendo a que foi, entretanto, publicada a portaria de extensão de encargos em 13 de agosto de 2014, 2 com contratos assinados em 2013 não tiveram execução física em 2013, devido ao atraso nos procedimentos concursais, 1 com contrato de 2014, não registou execução física por dificuldades na adjudicação da empreitada.

Quadro 8 - Candidaturas aprovadas e contrato assinado (2009 a 2014)

Ministério	Candidaturas Aprovadas			Candidaturas com contratos assinados			
	N.º	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar	N.º	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar	Montante Pago
MAI	20	2.249.600,06	1.746.274,69	19	2.218.850,06	1.723.212,19	1.446.462,19
MAM	14	2.307.569,82	1.754.738,33	9	1.157.590,82	877.374,63	58.115,28
MAOTE	1	1.542.301,29	1.156.725,97	1	1.542.301,29	1.156.725,97	1.156.725,97
MDN	16	2.655.539,10	2.035.316,07	15	2.469.809,10	1.896.018,57	1.896.018,57
MEC	1	1.019.104,82	764.328,61	1	1.019.104,82	764.328,61	-
MF	2	434.122,35	347.297,88	1	143.541,00	114.832,80	114.832,78
MS	4	1.348.520,60	1.011.390,45	2	579.531,98	434.648,98	122.877,35
MSESS	2	2.578.833,41	1.952.366,73	1	364.833,41	291.866,73	291.866,73
PCM	24	7.328.613,68	6.162.335,37	9	2.984.221,33	2.664.883,53	1.688.799,65
Total	84	21.464.205,13	16.930.774,09	58	12.479.783,81	9.923.892,01	6.775.698,52

Gráfico 5 - Comparticipação financeira aprovada, montante contratualizado e montante pago por ministério (2009-2014)



x 



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Os quadros seguintes espelham a evolução das candidaturas aprovadas e contratualizadas até ao final de 2014, evidenciando um aumento bastante significativo nos valores contratados face a 2013, no montante de € 2.390.708,81. A evolução positiva é menos acentuada no número de contratos (3) e no nível da execução financeira de € 296.382,69. Este facto deveu-se à assinatura de 2 contratos referentes a candidaturas com encargos plurianuais, cujas portarias a autorizar a realização de despesa nos anos de 2014, 2015 e 2016 foram publicadas em 2014 e que se encontram ainda na fase de lançamento dos procedimentos concursais para adjudicação das respetivas empreitadas.

Assim, o número de contratos de financiamento efetivamente celebrados aponta para 65 contratos, registando-se, por conseguinte uma divergência face ao número de candidaturas com contrato assinado (58), sendo a mesma justificada por 2 candidaturas terem sido objeto de 2 contratos cada uma e em relação a outras 5 terem sido assinados aditamentos aos respetivos contratos.

Quadro 9 – Evolução dos contratos de financiamento (2010-2014)

Ano	Ministério	Nº de Contratos	Valor Total	Financiamento do FRCP	Execução Financeira
2010	MAOTE	1	1.542.301,29	1.156.725,97	1.156.725,97
	Subtotal	1	1.542.301,29	1.156.725,97	1.156.725,97
2011	MAI	3	692.550,00	535.590,00	-
	MS	1	148.830,00	111.622,50	37.148,70
	Subtotal	4	841.380,00	647.212,50	37.148,70
2012	MAI	1	172.175,40	137.740,32	137.740,32
	MAM*	5	602.700,00	452.025,00	
	MF	1	143.541,00	114.832,80	114.832,78
	MS**	2	713.059,11	534.794,33	22.345,58
	Subtotal	9	1.631.475,51	1.239.392,45	274.918,68
2013	MAI	12	1.063.416,60	848.028,32	848.028,32
	MAM	3	280.780,82	219.767,13	36.695,48
	MDN	4	665.932,92	499.449,70	499.449,70
	PCM	5	1.298.991,74	1.121.087,89	1.121.087,74
	Subtotal	24	3.309.122,08	2.688.333,04	2.505.261,24
2014	MAI	5	614.258,06	460.693,55	460.693,55
	MAM	2	323.310,00	242.482,50	21.419,80
	MDN	11	1.803.876,18	1.396.568,87	1.396.568,87
	MEC	1	1.019.104,82	764.328,61	-
	MS	1	505.741,26	379.305,95	63.383,07
	MSESS	2	364.833,41	291.866,73	291.866,73
	PCM	5	1.685.229,59	1.543.795,64	567.711,91
	Subtotal	27	6.316.353,32	5.079.041,85	2.801.643,93
Total		65	13.640.632,20	10.810.705,81	6.775.698,52

De seguida, apresentam-se sistematizados os 27 contratos de financiamento celebrados em 2014, sendo que 3 são aditamentos a contratos, respeitantes às candidaturas n.ºs 6/2010, cujo contrato tinha sido assinado em 2012, e 12/2009 e 3/2011 assinados em 2014. Os referidos aditamentos aos contratos celebrados, em 2012, com o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa e, em 2014, com a Secretaria-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e a Biblioteca Nacional de Portugal, decorrem da redução do



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

valor da comparticipação financeira na sequência da adjudicação dos trabalhos por um valor inferior ao valor inicial das despesas elegíveis.

Ainda neste contexto, registre-se que apenas 1 das 24 candidaturas contratadas em 2014 apresentou valor de despesas elegíveis inferior a 100 mil euros.

Ao nível do volume de financiamento associado aos 27 contratos verifica-se que este atinge o montante global de € 5.079.041,85, com um peso mais elevado surge a PCM (30,4%), sucedendo-lhe o MDN (27,5%) e o MEC (15,0%) e menor peso o MAM (4,8%), mas, em termos de execução, o MDN é o que regista a taxa mais elevada e sem qualquer execução o MEC.

Quadro 10 – Contratos de financiamento assinados em 2014

Entidade/Ministério	Contratos/ Aditamento	Valor Total	Financiamento do FRCP	Montante Pago	Montante por executar
GNR	3	435.616,80	326.712,60	326.712,60	-
PSP	2	178.641,26	133.980,95	133.980,95	-
MAI	5	614.258,06	460.693,55	460.693,55	-
DRAP Alentejo	2	323.310,00	242.482,50	21.419,80	221.062,70
MAM	2	323.310,00	242.482,50	21.419,80	221.062,70
DIE	11	1.803.876,18	1.396.568,87	1.396.568,87	-
MDN	11	1.803.876,18	1.396.568,87	1.396.568,87	-
SG-MEC (*)	1	1.019.104,82	764.328,61	-	764.328,61
MEC	1	1.019.104,82	764.328,61	-	764.328,61
SG-MSESS	1	364.833,41	291.866,73	291.866,73	-
MSESS	1	364.833,41	291.866,73	291.866,73	-
BNP	1	170.693,87	170.693,87	170.693,87	-
DGLAG (*)	1	807.365,97	807.365,97	-	807.365,97
DRCN	1	181.589,67	145.271,74	145.271,74	-
IPDJ	1	525.580,08	420.464,06	251.746,30	168.717,76
PCM	4	1.685.229,59	1.543.795,64	567.711,91	976.083,73
CHPL (*) (**)	1	505.741,26	379.305,95	63.383,07	311.771,63
MS	1	505.741,26	379.305,95	63.383,07	311.771,63
Total	24	6.316.353,32	5.079.041,85	2.801.643,93	2.273.246,67

(*) Contratos plurianuais

(**) Aditamento ao contrato assinado em 28/06/2012 - montante a pagar resulta da diferença entre o valor do financiamento e os valores pagos em 2013 (€ 4.151,25) e 2014 (€ 63.383,07).

Deste modo, a dotação comprometida no Orçamento de 2014 perfaz o montante global de € 3.654.546,78, sendo € 11.350,78 referente ao contrato assinado em 2012 e o remanescente, no valor de € 3.643.196,02, reporta-se a contratos assinados em 2014.

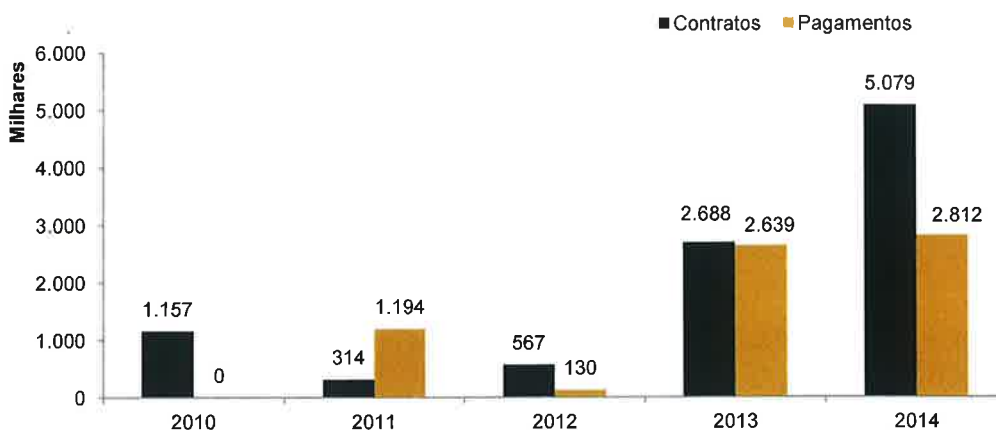
Já no que respeita aos compromissos assumidos, e conforme se pode observar no quadro e gráfico seguintes, foram executados e efetuados pagamentos aos serviços beneficiários até ao final de 2014 no montante de € 2.812.994,69, sendo € 2.801.643,93 referentes a contratos desse ano, incluindo o pagamento de € 17.101,25 ao abrigo do contrato assinado com o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa em 2012, cujo aditamento foi assinado em 2014 e € 11.350,76 a um contrato celebrado em 2012.

Também ao nível dos pagamentos efetuados fica evidente no gráfico seguinte o ligeiro aumento registado em 2014, de cerca de 173,9 milhares de euros face à execução registada

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

em 2013, mantendo-se assim a tendência de crescimento de execução financeira já verificada em 2013. No ano de 2014, tal como em 2010 o montante contratualizado é superior ao volume de pagamentos por aquele incorporar 2 contratos com execução plurianual de cerca de 1.571,7 de milhares de euros.

Gráfico 6 - Comparticipação financeira contratualizada e pagamentos efetuados



Ainda no tocante à dotação comprometida em 2014, verifica-se que os compromissos por executar atingem o montante de € 841.552,09 e reportam-se a 6 contratos assinados em 2014, sendo que apenas o contrato celebrado com o IPDJ deu origem a encargo financeiro para 2015 na importância de € 168.717,76 por se aguardar a apresentação das respetivas faturas e auto vistoria.

Quadro 11 - Ponto de situação dos contratos não executados

Entidade/Ministério	Contrato		Valor Total	Financiamento do FRCP	Montante Pago	Montante por executar
	N.º	Ano				
DRAPN (*)	4	2011	553.500,00	415.125,00		415.125,00
INIAV	1	2013	48.223,38	36.167,54		36.167,54
DRAPLVT	1	2013	183.630,14	146.904,11		146.904,11
DRAP Alentejo	2	2014	323.310,00	242.482,50	21.419,80	221.062,70
MAM	8		1.108.663,52	840.679,15	21.419,80	819.259,35
CHPL (*)	1	2012/2014	505.741,26	379.305,95	67.534,32	311.771,63
MS	1		505.741,26	379.305,95	67.534,32	311.771,63
DGLAB (*)	1	2014	807.365,97	807.365,97		807.365,97
IPDJ	1	2014	525.580,00	420.464,06	251.746,30	168.717,76
PCM	2		1.332.945,97	1.227.830,03	251.746,30	976.083,73
SGMEC (*)	1	2014	1.019.104,82	764.328,61		764.328,61
MEC	1		1.019.104,82	764.328,61		764.328,61
Total	12		3.966.455,57	3.212.143,74	340.700,42	2.871.443,32

(*) Contratos plurianuais

Dos restantes 5 contratos, o volume de financiamento por executar traduz as dificuldades na adjudicação da obra que inviabilizou a realização de parte ou totalidade dos trabalhos referentes a 2 candidaturas (Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo - € 221.062,70), a resolução do contrato de empreitada, por incumprimento dos prazos, o que obrigou à celebração de um novo contrato para a conclusão da empreitada, precedido do respetivo procedimento pré-contratual e à preparação de uma alteração à Portaria n.º 839-A/2013 contemplando a nova repartição de encargos (Centro Hospitalar Psiquiátrico de



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Lisboa – € 311.771,63) e, ainda, o atraso no lançamento dos procedimento de execução das operações de recuperação e valorização do Palácio das Laranjeiras e do Centro Português de Fotografia, que se traduziu no apuramento de um saldo de € 90.000,00 e € 50.000,00, respetivamente, para o ano seguinte, por constituírem encargos plurianuais.

Por último e ainda a propósito dos demais compromissos por executar no montante de € 2.029.891,23 verifica-se que estes englobam 6 contratos assinados em anos anteriores e ainda os encargos dos anos de 2015 e 2016, respeitantes a 2 contratos plurianuais celebrados em 2014, conforme se apresenta no quadro anterior discriminado por ministério e serviço beneficiário.

Em termos dos 6 contratos de financiamento assinados em anos anteriores verificou-se um avanço, atendendo a que em relação a 4 contratos celebrados com a DRAPN foi entretanto publicada a Portaria n.º 661/2014, de 13 de agosto, a autorizar a repartição dos encargos por 2014 e 2015, com a faculdade de os saldos apurados transitassem para o ano seguinte, encontrando-se em preparação os procedimentos para lançamento do concurso de empreitada para execução da obra e ao contrato celebrado com DRAPLVT foi inscrita dotação orçamental prevendo-se a sua execução para 2015.

No presente contexto, apresenta-se no quadro 12 o ponto de situação relativamente às candidaturas cujos encargos se repartem por mais de um ano económico, tanto as que já foram objeto de contrato de financiamento como as que se prevê a sua contratualização em 2015.

Quadro 12 – Candidaturas com encargos plurianuais

Entidade	N.º Cand.	Financiamento FRCP					Portaria	
		%	Valor (€)	2013	2014	2015		2016
Contrato financiamento assinado			2.366.125,53	207.562,50	484.021,45	1.295.412,97	379.128,61	
CHPL (*)	06/2010 06/2014	75%	379.305,95	207.562,50	171.743,45			839-A/2013, 29/11
DRAPN	86/2010	75%	129.150,00		53.598,00	75.552,00		661/2014, 13/08
	87/2010	75%	101.475,00		42.112,00	59.363,00		
	89/2010	75%	147.600,00		61.254,00	86.346,00		
	09/2009	75%	36.900,00		15.314,00	21.586,00		
SGMEC	07/2014	75%	764.328,61		90.000,00	295.200,00	379.128,61	727/2014, 8/09
DGLAB	03/2009	100%	807.365,97		50.000,00	757.365,97		996/2014, 2/12
Contrato financiamento em preparação			1.163.250,63	0,00	163.732,66	999.517,97	0,00	
SGPCM	10/2014	75%	294.930,63		73.732,66	221.197,97		1101/2014, 31/12
DGPC	04/2014	100%	580.000,00		50.000,00	530.000,00		1/2015, 2/01
DGPC	14/2013	80%	288.320,00		40.000,00	248.320,00		7/2015, 7/01
Total			3.529.376,16	207.562,50	647.754,11	2.294.930,94	379.128,61	

(*) Contrato com execução financeira no montante de € 67.534,32



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 13 – Contratos de financiamento assinados em 2014

Entidade	N.º contrato	Data	Imóvel	Valor Total	Financiamento do FRCP		Montante Pago
					%	Valor (€)	
DRAP Alentejo	01/2014	24-04-2014	Edifício-sede Quinta da Malagueira - Évora	179.400,00	75%	134.550,00	-
	02/2014	24-04-2014	Delegação RAP de Beja-Rua de S. Sebastião, Beja	143.910,00	75%	107.932,50	21.419,80
SG MSESS	03/2014	02-06-2014	Edifício na Praça de Londres	388.870,96	80%	311.096,77	-
PSP	04/2014	25-06-2014	Edifício Principal da Direção Nacional da PSP, Largo da Penha de França	120.708,26	75%	90.531,20	90.531,20
DRCN	05/2014	27-08-2014	Museu da Terra de Miranda e Casa do Gato	181.589,67	80%	145.271,74	145.271,74
CHPL	06/2014(*)	27-08-2014	Av. do Brasil, 53-Lisboa	505.741,26	75%	379.305,95	67.534,32
SG MEC	07/2014	24-09-2014	Palácio das Laranjeiras	1.019.104,82	75%	764.328,61	-
BNP	08/2014	07-10-2014	Biblioteca Nacional de Portugal	344.400,00	100%	344.400,00	-
PSP	09/2014	20-10-2014	Edifício do Núcleo de Transmissão e Informática (NTI)	57.933,00	75%	43.449,75	43.449,75
DIE	10/2014	24-11-2014	PM 20 - Paio Militar de Ponta Delgada - Edifício Pj 20 Alojamento de Sargentos	160.682,91	75%	120.512,18	120.512,18
	11/2014		PM 41 Ponta Delgada - Quartel dos Arrifes- Edifício Pi 16	175.230,00	80%	140.184,00	140.184,00
GNR	12/2014	02-12-2014	Destacamento de Intervenção de Setúbal, Forte de Almada	156.702,00	75%	117.526,50	117.526,50
	13/2014		Posto Territorial de Monção	171.904,80	75%	128.928,60	128.928,60
	14/2014		Posto Territorial de Manteigas	107.010,00	75%	80.257,50	80.257,50
IPDJ	15/2014	11-12-2014	Centro Desportivo Nacional do Jamor	525.580,08	80%	420.464,06	251.746,30
BNP	16/2014(**)	11-12-2014	Biblioteca Nacional de Portugal	170.693,87	100%	170.693,87	170.693,87
DGLAB	17/2014	11-12-2014	Antiga Cadeia da Relação do Porto (Cento Português de Fotografia)	807.365,97	100%	807.365,97	-
DIE	20/2014	22-12-2014	PM 01 -Constância (Campo de Instrução Militar de Santa Margarida) Edifício 325	183.843,20	80%	147.074,56	147.074,56
	21/2014	22-12-2014	PM 01 -Constância (Campo de Instrução Militar de Santa Margarida) Edifícios 304 e 328	184.099,51	80%	147.279,61	147.279,61
	19/2014	22-12-2014	PM 011/ Tomar (Quartel do Alvito) Edifícios tg11, tg12 e tg 13 do Regimento de Infantaria nº 15	183.086,99	75%	137.315,24	137.315,24
	18/2014	22-12-2014	PM 01/Vila Nova da Barquinha (Polígono de Tancos) - Polo Permanente de Engenharia Nº1	159.510,07	80%	127.608,06	127.608,06
	22/2014	23-12-2014	PM01- Vila Nova da Barquinha Reparação das casas 405, 415, 417, 448, 452 e 454	167.588,42	75%	125.691,32	125.691,32
	23/2014	23-12-2014	PM 061/Mafra (Bloco Habitacional 9 na Urbanização do Pinheiro)	129.717,80	75%	97.288,35	97.288,35
	24/2014	23-12-2014	PM 03/Mafra (Tapada de Mafra) - Reabilitação do edifício MC21	170.551,80	80%	136.441,44	136.441,44
	25/2014	23-12-2014	PM 136/Lisboa Quartel da Encarnação - Edifício KN 13	171.708,00	75%	128.781,00	128.781,00
	26/2014	23-12-2014	PM 01/Vila Nova da Barquinha (Polígono de Tancos) - Escola de Tropas Paraquedistas	117.857,48	75%	88.393,11	88.393,11
SG MSESS	27/2014(***)	23-12-2014	Edifício na Praça de Londres	364.833,41	80%	291.866,73	291.866,73

(*) Contrato n.º 06/2014 - Aditamento ao contrato assinado em 28/06/2012 - O montante pago engloba € 4.151,25 pago em 2013

(**) Contrato n.º 16/2014 - Aditamento ao contrato n.º 08/2014 assinado em 07/10/2014

(***) Contrato n.º 27/2014 - Aditamento ao contrato n.º 03/2014 assinado em 02/06/2014



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5. Sistema de Informação de Gestão do Fundo

Em 2014, e para cumprimento da norma estabelecida nos decretos-leis de execução orçamental da obrigatoriedade da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) pelos serviços e fundos autónomos através da adesão de uma das modalidades disponibilizadas pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), foi revista a modalidade de utilização da solução GERFIP, tendo sido alterada de Plataforma Partilhada para Partilha de Serviços, o que se traduziu que um conjunto de tarefas até aí da responsabilidade do Fundo, passaram a ser executadas pela ESPAP, com o acompanhamento do Fundo.

Refira-se ainda que foram introduzidas melhorias e aperfeiçoamentos na gestão operacional do Fundo sobre as candidaturas recebidas, analisadas e aprovadas, relativas a operações de recuperação, reconstrução e conservação dos imóveis de propriedade do Estado, conduzindo a que de forma expedita seja possível fazer o “audit trail “ de cada processo e verificar a sua evolução.

No que respeita à inserção da informação relativa ao Fundo no site da DGTF não registou evolução em 2014, prevendo-se o seu desenvolvimento em 2015.

Cabe ainda mencionar que, apesar de ter sido elaborado o suporte digital que vai permitir a apresentação de candidaturas online, ficando os vários elementos estruturados e imediatamente disponíveis para visualização e análise, no entanto, não foi possível concluir o processo de operacionalização, atendendo a que esta funcionalidade encontra-se pendente do projeto em desenvolvimento para a DGTF e que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6. Análise Orçamental, Económica e Financeira

6.1. Análise Orçamental

A execução do Orçamento permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico de 2014, em termos globais e por tipologia de rubrica orçamental.

6.1.1. Execução do Orçamento

Quadro 14 – Execução Orçamental

Designação	Dotações iniciais	Dotações Corrigidas	Execução		Desvio orçamental
			Valor	%	
Receitas					
Correntes	5.326.000	4.729.382	1.562.009	33,0%	-67,0%
Capital	349.627	2.770.264	2.495.071	90,1%	-9,9%
Outras	-	670.309	670.309	100,0%	0,0%
Receitas Totais	5.675.627	8.169.955	4.727.388	57,9%	-42,1%
Despesas					
Correntes	1.232.000	1.420.722	402.760	28,3%	-71,7%
Capital	4.443.627	6.749.232	2.500.971	37,1%	-62,9%
Despesas Totais	5.675.627	8.169.954	2.903.731	35,5%	-64,5%

*Dotações corrigidas = Dotação inicial ± alterações orçamentais

Para execução da atividade do Fundo o orçamento inicial aprovado foi de € 5.675.627. Ao comparar a dotação corrigida com o orçamento inicialmente aprovado verifica-se um acréscimo de € 2.494.327, proveniente da incorporação do saldo de gerência e do reembolso de duas aplicações, os quais ao abrigo do despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento de 31 de dezembro de 2014 permitiram reforçar a despesa, na mesma proporção.

Analisando a execução orçamental no exercício de 2014, verifica-se que a receita total ascendeu ao montante de € 4.727.388 e a despesa total foi de € 2.903.731, sendo a execução da receita de 57,9% e da despesa 35,5%, relativamente, às dotações corrigidas.

Ao confrontar as dotações corrigidas com a execução efetiva verifica-se, no âmbito da receita, um desvio orçamental de -42,1% e da despesa de -64,5%.

Relativamente ao nível da receita conclui-se que a execução do orçamento de capital é bastante mais significativo do que a do orçamento corrente, sendo o nível de execução da receita de capital de 90,1% e o da receita corrente de 33,0%.

Ao nível da despesa constata-se que quer o nível da execução do orçamento corrente quer o da execução de capital são idênticas, sendo de 28,3% e 37,1%, respetivamente.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.1.1.1. Saldos Orçamentais

Quadro 15 – Saldos Orçamentais

Designação	Receitas	Despesas	Saldos Orçamentais
Correntes	1.562.009	402.760	1.159.249
Capital	2.495.071	2.500.971	-5.901
Outras	670.309		670.309
Total	4.727.388	2.903.731	1.823.657

Relativamente aos saldos orçamentais à data de 31 de dezembro verifica-se:

- O saldo para a gerência seguinte no montante de € 1.823.657, deveu-se ao fato, de parte substancial da receita do Fundo, 67,7% (€ 1.512.098), ter dado entrada na última semana de dezembro de 2014, o que permitiu ainda a sua utilização para efetuar os pagamentos em curso e, por conseguinte, apenas uma parcela da receita relacionada com o reembolso em CEDIC foi afeta a despesa efetiva.
- O saldo corrente no valor de € 1.159.249, significa que o total arrecadado das receitas correntes foi superior ao valor pago. Esse saldo resultou, essencialmente, da aplicação do princípio da onerosidade e ainda da afetação de 10% da cedência de utilização sobre imóveis da propriedade do Estado, nos termos do despacho n.º 828/14-SET, de 12-05-2014;
- O saldo de capital no montante de - € 5.901, tendo as receitas arrecadadas sido inferiores às despesas realizadas, contribuindo para esse facto, a despesa referente às transferências de capital entregues a diversos organismos da Administração Central, que se destinam a financiar despesas da mesma ordem;
- O saldo de Outras receitas no montante de € 670.309, deveu-se à não necessidade da sua aplicação em despesa.

Todavia, a nível de saldo global verifica-se que este se apresenta negativo no montante de € 670.670, traduzindo que a receita efetiva cobrada no valor de € 2.233.061 proveniente do princípio da onerosidade, cedência de utilização e alienação de imóveis, bem como dos juros ilíquidos recebidos, não permitiu a cobertura da despesa efetiva de € 2.903.731 respeitante às transferências efetuadas para os serviços beneficiários, ao imposto retido pelo IGCP referente às aplicações financeiras e ao pagamento ao Tribunal de Contas na sequência de auditoria à atividade do Fundo realizada em março de 2014, pelo que foi necessário o recurso à utilização de aplicações em CEDIC.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.1.2 - Receita

Quanto à receita apresenta-se o quadro infra com a distribuição em termos de classificação económica e fontes de financiamento:

Quadro 16 - Execução da Receita

Designação	Orçamento		Dotações Corrigidas*	Receita Cobrada Bruta		Taxa de Execução	Desvio
	Valor €	Peso %		Valor	Peso %		
Fonte de Financiamento 510							
Receitas Correntes							
05.03. - Rendimentos da Propriedade-juros - Adm. Pública	326.000	5,7%	328.800	328.618	7,0%	99,9%	-182
05.10. - Rendimentos da Propriedade-rendas-terrenos			1.500	554	0,0%	36,9%	-946
07.03 - Venda de bens e serviços - rendas - edifícios	5.000.000	88,1%	4.399.082	1.232.836	26,1%	28,0%	-
Total da Receitas Correntes	5.326.000	93,8%	4.729.382	1.562.008	33,0%	33,0%	3.166.246
Receitas de Capital							
09.01.- Venda de bens de investimento-terrenos	42.646	0,8%	107.046	89.428	1,9%	83,5%	-17.618
09.02. - Venda de bens de investimento-Habitacões	35.284	0,6%	64.841	63.901	1,4%	98,5%	-940
09.03. - Venda de bens de investimento-Edifícios	271.697	4,8%	774.313	517.678	11,0%	66,9%	-256.635
09.04.-Outros bens de investimento			45	45	0,0%	100,0%	-
11.02. Ativos Financeiros- Títulos a curto prazo			1.824.019	1.824.018	38,6%	100,0%	-1
Total de Receitas de Capital	349.627	6,2%	2.770.264	2.495.071	52,8%	90,1%	-275.193
Total Fonte de Financiamento 510	5.675.627		7.499.646	4.057.079	85,8%	54,1%	-550.387
Fonte de Financiamento 520							
Outras Receitas							
16.01. - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental			670.309	670.309	14,2%	100,0%	0
Total de Outras Receitas			670.309	670.309	14,2%	100,0%	0
Total Fonte de Financiamento 520			670.309	670.309	14,2%	100,0%	
Receitas Totais	5.675.627	100,0%	8.169.955	4.727.388	100,0%	57,9%	3.442.567

*Dotações corrigidas = Dotação inicial ± alterações orçamentais

O orçamento inicial da receita aprovada para o exercício económico 2014, foi de € 5.675.627, correspondendo € 5.326.000 (93,8%) a Receitas Correntes e € 349.627 (6,2%) a Receitas de Capital, o que revela uma acentuada divergência entre o orçamento corrente e de capital, motivado pelo facto de o Fundo ser substancialmente financiado, pelas contrapartidas recebidas do princípio da onerosidade, e ainda, do arrendamento e cedências de utilização sobre imóveis da propriedade do Estado.

No decorrer do exercício, registaram-se modificações significativas no orçamento que apresentaram impacto a nível da estrutura da receita, que consistem na integração do saldo da gerência anterior, no montante de € 670.309 e do reembolso de duas aplicações financeiras em CEDIC no montante de € 1.824.019, dessas modificações o orçamento passou para uma dotação corrigida de € 8.169.955.

A receita própria cobrada foi de € 4.727.388 e apresenta um desvio de - € 3.442.567 relativamente à dotação corrigida, sendo € 4.057.079 da fonte de financiamento 510 -receita própria do ano e € 670.309 da fonte de financiamento 520- saldos de RP transitados.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Analisando separadamente as componentes corrente, capital e outras receitas, verifica-se que as receitas de capital são as que apresentam maior peso estrutural, correspondendo a 52,8% da receita total, seguindo-se a receita corrente com 33,0% e por último as outras receitas com apenas 14,2%.

A receita corrente atingiu o montante de € 1.562.008, apresentando um desvio de – € 3.167.374, motivado pelo atraso na execução prevista para a rubrica de classificação económica 07.03- Vendas de bens e serviço – rendas – edifícios e respeitante às contrapartidas recebidas da implementação do princípio da onerosidade.

De salientar que, relativamente à cobrança do princípio da onerosidade respeitante ao ano de 2014, a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2015, no n.º 1 do artigo 10.º, autoriza a DGTF, durante o ano de 2015, “a liquidar e cobrar aos serviços, ... as contrapartidas decorrentes da implementação do princípio da onerosidade liquidadas, comunicadas e devidas no ano de 2014 e cujo pagamento não tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014”.

Quanto à componente receitas de capital totalizou o montante de € 2.495.071, sendo 38,6% proveniente do reembolso das aplicações em CEDIC no valor de € 1.824.018 e 14,2% da alienação de bens imóveis do Estado com € 671.053. Em relação a este último valor € 612.286,35 teve despacho de autorização de 2014 e o remanescente, no montante de € 58.766,25, de acordo com os despachos datados de 2011, 2012 e 2013.

6.1.3 - Evolução da Receita

O quadro 17 evidencia a evolução da receita entre 2012 e 2014

Quadro 17 – Evolução da Receita (2012-2014)

Designação	Receita Cobrada Bruta 2012		Receita Cobrada Bruta 2013		Receita Cobrada Bruta 2014		Variação 2014-2013	
	valor €	Peso %	valor €	Peso %	valor €	Peso %	Valor	%
Receitas Correntes								
05.03. - Rendimentos Propriedade-juros	169.634	2,0%	434.886	6,3%	328.618,00	7,0%	-106.268	-24,4%
05.10. - Rendimentos da Propriedade-rendas-terrenos					554,00	0,0%	554	
07.03 - Venda de bens e serviços - rendas -edifícios	3.018.717	35,3%			1.232.836,33	26,1%	1.232.836	
Total das Receitas Correntes	3.188.351	37,3%	434.886	6,3%	1.562.008,33	33,0%	1.127.122	259,2%
Receitas de Capital								
09.01.- Venda de bens de investimento-terrenos	42.646	0,5%			89.428,45	1,9%	89.428	
09.02. - Venda de bens de investimento- Habitações	35.284	0,4%	571.837	8,2%	63.900,80	1,4%	-507.936	-88,8%
09.03. - Venda de bens de investimento-Edifícios	271.697	3,2%	23.774	0,3%	517.678,35	11,0%	493.904	2077,5%
09.04.-Outros bens de investimento					45,00	0,0%	45	
11.02. Ativos Financeiros- Títulos a curto prazo			2.499.057	36,0%	1.824.018,00	38,6%	-675.039	-27,0%
Total de Receitas de Capital	349.627	4,1%	3.094.668	44,6%	2.495.070,60	52,8%	-599.597	-19,4%
Outras Receitas								
16. 01. - Saldo da gerência anterior-Saldo orçamental	5.010.207	58,6%	3.408.267	49,1%	670.308,89	14,2%	-2.737.958	-80,3%
Total Outras Receitas	5.010.207	58,6%	3.408.267	49,1%	670.308,89	14,2%	-2.737.958	-80,3%
Receitas Totais	8.548.185	100,0%	6.937.821	100,0%	4.727.387,82	100%	-2.210.433	-31,9%

Na análise da evolução da receita nos últimos três anos, constata-se uma quebra consecutiva, sendo esta mais acentuada em 2014 comparativamente a 2013, no montante

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

de - € 2.210.433, correspondente a uma variação negativa de 31,9%. Esta variação resulta essencialmente da quebra do valor a incorporar do saldo da gerência anterior, que foi substancialmente inferior ao do ano 2013 no montante de - € 2.737.958.

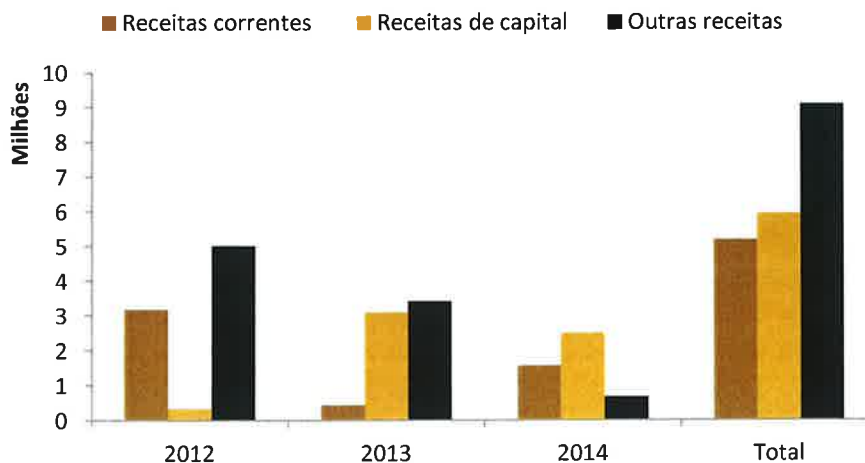
As receitas correntes apresentam uma acentuada quebra em 2013, comparativamente a 2012 de - € 2.753.465, explicado em particular por não ter sido contabilizado nesse ano a receita proveniente do princípio da onerosidade, invertendo-se a tendência em 2014, dado que se observa um acréscimo de 259,2%, resultante da cobrança de receita daquela proveniência mas também do arrendamento e cedências de utilização, sobre imóveis da propriedade do Estado.

No que respeita às receitas de capital, observamos um acentuado crescimento em 2013, comparativamente a 2012 de € 2.745.041, devido ao reembolso de aplicações financeiras em CEDIC, que foi retido para fazer face aos compromissos assumidos no âmbito da atividade do Fundo. Esta tendência alterou-se em 2014, verificando-se uma quebra de 19,4%, motivada pelo facto de o acréscimo de receita proveniente do produto da alienação de imóveis no montante de € 75.442 não ter sido suficiente para compensar o decréscimo da receita arrecadada com o reembolso de aplicações financeiras CEDIC de € 675.039.

Para o acréscimo da receita proveniente, quer do arrendamento e cedências de utilização, quer de alienações de imóveis do Estado, contribuiu o Despacho n.º 828/14, de 12 de maio, da Senhora Secretária de Estado do Tesouro ao determinar a afetação ao Fundo de 10% da receita desta proveniência relativamente às operações imobiliárias realizadas em 2014, em vez de 5% estipulado nos anos anteriores.

Quanto às outras receitas, estas apresentam uma quebra consecutiva nos últimos dois anos, devendo-se especialmente à fraca execução da receita.

No gráfico 7 sobressai que as outras receitas são as que detêm maior impacto na receita total do triénio. Este agregado de receita contribui com € 9.008.783, representando 45%, seguindo-se as receitas de capital com € 5.939.366 (29,4%) e por último as receitas correntes com € 5.185.246 (25,7%), verificando-se ainda que estes dois agregados apresentam valores muito similares, sendo a diferença entre eles de apenas € 754.120 e representa uma variação de 6,8%.

Gráfico 7- Evolução da receita por agrupamentos - 2012 a 2014

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.1.4 – Despesa

Quanto à despesa, apresenta-se o quadro 18 com a distribuição em termos de classificação econômica e fontes de financiamento:

Quadro 18 - Execução da Despesa

Despesas	Dotações Corrigidas*	Cativos	Compromissos assumidos	Despesa Paga		Compromissos por pagar	Taxa de Execução
				€	Peso		
Fonte de Financiamento 510							
Despesas Correntes							
02. - Aquisição de Bens de Serviços	25.722	2.571	8.582	8.582,00	0,3%		33,4%
04. - Transferências Correntes	709.137		533.086	312.023,25	10,7%	221.063	44,0%
06. - Outras despesas Correntes	497.141	141.891	82.155	82.154,51	2,8%		16,5%
Total das Despesas Correntes	1.232.000	144.462	623.822	402.759,76	13,9%	221.063	32,7%
Despesas de Capital							
07. - Aquisição de bens de capital							
08. - Transferências de capital	6.189.841		3.195.194	2.500.971,44	86,1%	694.223	40,4%
09.- Ativos Financeiros							
11.-Outras despesas de capital	77.804						
Total das Despesas de Capital	6.267.645		3.195.194	2.500.971,44	86,1%	694.223	39,9%
Total F. Financiamento 510	7.499.645	144.462	3.819.016	2.903.731,20	100%	915.286	38,7%
Fonte de Financiamento 520							
04. - Transferências Correntes	188.722						
Total das Despesas de Correntes	188.722						
08. - Transferências de capital	481.587						
Total das Despesas de Capital	481.587						
Total F. Financiamento 520	670.309						
Despesas Totais	8.169.954	144.462	3.819.016	2.903.731,20	100%	915.286	35,5%

Dotações corrigidas = Dotação inicial ± alterações orçamentais

Da análise do quadro verifica-se que a dotação corrigida ascendeu a € 8.169.954, sendo € 7.499.645 da fonte de financiamento 510 e € 670.309 da fonte de financiamento 520, na sequência do despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento de 31 de dezembro de 2014 a permitir a aplicação em despesa do saldo de gerência.

A despesa realizada em 2014 totalizou o montante de € 2.903.731, baseando-se na fonte de financiamento 510 e, por conseguinte, não foi necessário o recurso à fonte de financiamento 520, face à receita entretanto recebida do princípio da onerosidade. Apresenta uma taxa de execução de 35,5% face à dotação corrigida, dos quais € 402.760 de natureza corrente e € 2.500.971 de capital.

A despesa corrente contribuiu apenas com 13,9% para o total da despesa, sendo a componente de capital a que evidência maior peso com 86,1%, com base na importância da despesa associada às transferências de capital efetuadas para os serviços beneficiários com uma taxa de execução de 39,9%.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Os compromissos assumidos correntes ascenderam a € 623.822, apresentando uma taxa de execução de 64,6% face à despesa paga e uma diferença no montante de € 221.063, motivada por não se ter verificado execução física e financeira relativamente ao contrato n.º1/2014 no valor de € 134.550,00 e o remanescente de € 85.512,70 corresponde à parte não executada do contrato n.º 2/2014, ambos celebrados com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo.

Deste agregador salienta-se a rubrica de classificação económica 04 - Transferências correntes com o valor de € 533.086, o qual representa 85,45% do total dos compromissos correntes e uma taxa de execução de 58,5%, em resultado dos pagamentos efetuados aos serviços beneficiários no âmbito da assinatura de 6 contratos de financiamentos, sendo 5 celebrados em 2014 e 1 respeita a 2012.

O remanescente, no valor de € 90.737, refere-se ao imposto retido na fonte pelo IGCP e respeitante a aplicações financeiras em CEDIC no montante de € 82.155 e ainda € 8.582 ao pagamento ao Tribunal de Contas referente à auditoria da atividade do Fundo realizada em março de 2014.

Aindano que respeita às transferências correntes efetuadas assinala-se uma reposição abatida ao pagamento (RAP) no montante de € 7.139,93, correspondente à verba devolvida pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo e referente ao contrato de financiamento n.º 2/2014, atendendo a que, por lapso, foi feita uma transferência no valor de € 28.559,73, em vez de € 21.419,80, valor a financiar pelo Fundo.

Os compromissos assumidos de capital ascenderam a € 3.195.194, representando uma taxa de execução de cerca 81,4%, reporta-se exclusivamente às transferências de capital decorrente da celebração de 20 contratos de financiamento.

A diferença apurada totaliza - € 694.223, sendo que € 168.717,76 respeita ao contrato de financiamento n.º 15/2014 celebrado com o IPDJ e corresponde à parte da obra ainda não realizada, € 311.771,62 ao aditamento ao contrato n.º 6/2014 com o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, motivado por cessação do contrato de empreitada, € 140.000 aos contratos n.ºs 7/2014 e 17/2014 não registaram execução física e financeira por atraso no lançamento dos procedimentos concursais e € 73.732,66 ao atraso na assinatura da portaria de extensão de encargos relativo ao contrato a celebrar com a Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros.

As transferências concedidas em 2014 situaram-se nos 2.812.995 e representa 96,9% da despesa paga, envolvendo 23 contratos de financiamento. Em termos de estrutura de transferências, verifica-se que o volume de transferências de capital para os serviços beneficiários foi substancialmente superior às de correntes, apresentando assim uma repartição de 81,1% capital e 34,8% corrente.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.1.5 - Evolução da Despesa

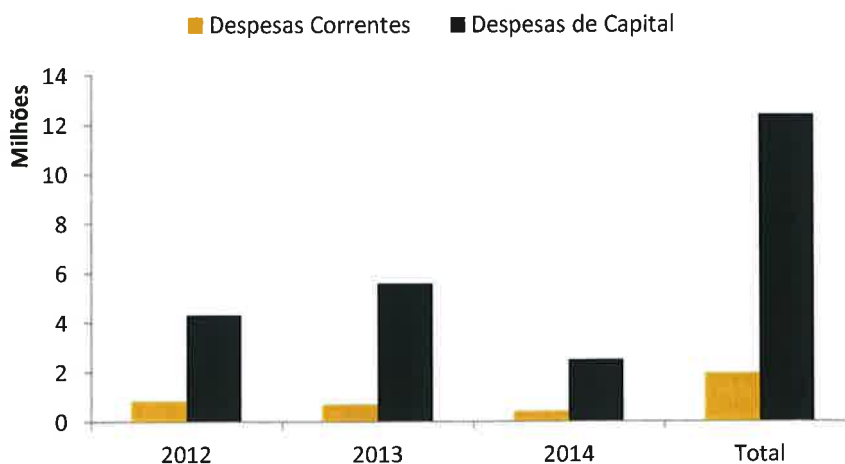
Para melhor se visualizar a evolução da despesa no último triênio, apresenta-se o quadro seguinte:

Quadro 19 – Evolução da despesa 2012-2014

Designação	Despesas Pagas 2012		Despesas Pagas 2013		Despesas Pagas 2014		Variação 2014-2013	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	Valor€	%
Despesas Correntes								
02. Aquisição de Bens de Serviços					8.582	0,3%	8.582	
04. Transferências Correntes	129.711	2,5%	574.962	9,2%	312.023	10,7%	-262.939	-45,7%
06. Outras Despesas Correntes	698.639	13,6%	108.722	1,7%	82.155	2,8%	-26.567	-24,4%
Total das despesas correntes	828.350	16,1%	683.684	10,9%	402.760	13,9%	-280.925	-41,1%
Despesas de Capital								
07. Aquisição de bens de capital								
08. Transferências de capital			2.064.156	32,9%	2.500.971	100,0%	436.816	21,2%
09. Ativos Financeiros	4.311.568	83,9%	3.519.672	56,2%			-3.519.672	-100,0%
11. Outras despesas de capital								
Total das despesas de capital	4.311.568	83,9%	5.583.828	89,1%	2.500.971	86,1%	-3.082.856	-55,2%
Despesas Totais	5.139.918	100,0%	6.267.512	100,0%	2.903.731	100,0%	-3.363.781	-53,7%

A evolução da despesa entre 2012 e 2014 não tem apresentado comportamento constante, porquanto de 2012 para 2013 registou-se uma variação de € 1.127.593 que representa 21,9%, para a qual contribui particularmente as transferências de capital, seguindo-se as transferências correntes. Contudo, em 2014 este comportamento inverte-se, registando-se uma diminuição face a 2013 no montante de € 3.363.781 que representa - 53,7%, motivado especialmente por em 2014 não se ter registado qualquer despesa com ativos financeiros.

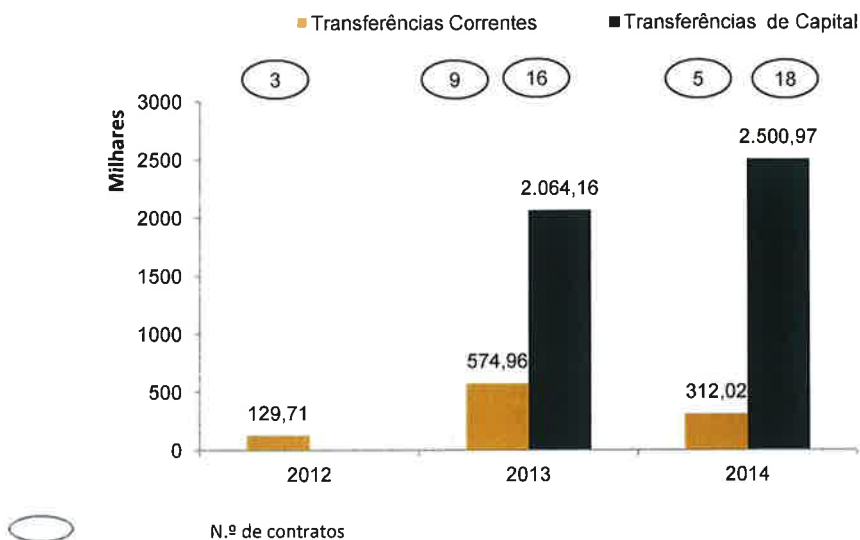
Gráfico 8- Evolução da despesa - 2012 a 2014



As transferências concedidas em 2013 apresentaram um acréscimo de € 2.509.407 face a 2012, esta tendência mantém-se em 2014, verificando-se um acréscimo de € 173.877, refletindo assim o crescimento significativo do volume de financiamento concedido pelo Fundo aos serviços beneficiários para a realização das operações de recuperação e conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Gráfico 9- Evolução das transferências concedidas - 2012 a 2014



6.2- Análise dos fluxos de caixa

O mapa de Fluxos de Caixa caracteriza os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental de acordo com a classificação económica, correntes e de capital. Nele apresentam-se também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria).

Quadro 20 - Fluxos de Caixa

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior		670.308,89	Despesas		2.903.731,20
520 - Saldos de RP transitados		670.308,89	510 - Receita própria do ano		2.903.731,20
Execução Orçamental			Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com transição de saldos		
De receitas próprias			Correntes	402.759,76	
510 - Receita própria do ano			Capital	2.500.971,44	
Na posse do Serviço	4.057.079,23		Saldo para a gerência Seguinte		
Receitas		4.057.079,23	Execução Orçamental		
Receitas Próprias			De receitas próprias		1.823.656,92
Correntes	1.562.008,63		Na posse do serviço		
Capital	2.495.070,60		510 - Receita própria do ano	1.153.348,03	
			520 - Saldos de RP transitados	670.308,89	
Total		4.727.388,12	Total	4.727.388,12	4.727.388,12

Da análise dos fluxos de caixa observa-se que o saldo de gerência anterior foi de € 670.309 e o saldo para a gerência seguinte ascendeu ao montante de € 1.823.657. Comparativamente, com o ano de 2013, registou-se um acréscimo no montante de €1.153.348, esse fato deveu-se essencialmente, conforme já mencionado, que parte substancial da receita do Fundo 67,7% (€ 1.512.098), deu entrada na última semana de dezembro de 2014, o que permitiu ainda a sua utilização para efetuar os pagamentos em curso e, por conseguinte, apenas uma parcela da receita relacionada com o reembolso de CEDIC foi afeta a despesa efetiva.





S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

A totalidade das receitas correntes e de capital ascendeu a € 4.057.079, sendo que, 55% no montante de € 2.233.061, constitui receita proveniente dos juros de aplicações financeiras de CEDIC (€ 328.618), do princípio da onerosidade e cedência de utilização de imóveis (€ 1.233.390) e, ainda, de alienação dos imóveis do Estado (€ 671.053) e os restantes 45% do reembolso de aplicações financeiras no valor de € 1.824.018.

Verificamos assim que para cumprir o seu objetivo de financiamento, a fundo perdido, de operações de reabilitação e de conservação dos imóveis do Estado e que, em 2014, ascendeu a € 2.812.995, decorrente dos pagamentos efetuados no âmbito dos contratos financiamento celebrados, foi necessário, o reembolso de aplicações em CEDIC, dado que as transferências obtidas se revelaram insuficientes para fazer face aos pagamentos.

Apresenta-se, a seguir, o mapa de fluxos de caixa atenta a recomendação do Tribunal de Contas, no seu relatório de auditoria de março de 2014, ao mencionar que, em saldo, deveria constar o total das disponibilidades, ou seja, o valor dos depósitos bancários e o valor aplicado em CEDIC.

Quadro 21 - Fluxos de Caixa
(de acordo com auditoria do Tribunal de Contas)

Débito	Valor
Saldo de Abertura	42.322.661,17
Recebimentos	2.233.061,23
510 - Receita própria do ano	
Correntes	1.562.008,63
Transferências Obtidas	1.233.390,63
Juro Bruto de 01.01 a 31/12/2012	328.618,00
Capital	671.052,60
Transferências Obtidas	671.052,60
Total do Débito	44.555.722,40
Crédito	
Pagamentos	2.903.731,20
510 - Receita própria do ano	
Correntes	402.759,76
Transferências Concedidas	312.023,25
Imposto retido na fonte	82.154,51
Outras despesa correntes	8.582,00
Capital	2.500.971,44
Transferências Concedidas	2.500.971,44
Disponibilidades/Saldo de encerramento	41.651.991,20
Saldo para a gerência seguinte	1.823.656,92
510 - Receita própria do ano	1.153.348,03
520 - Saldos de RP transitados	670.308,89
CEDIC	39.828.334,28
Total do Crédito	44.555.722,40



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.3. Análise da situação Económica e Financeira

A par de uma vertente orçamental, de receita e despesa, a prestação de contas prevê uma vertente financeira, de custos e proveitos, ativos e passivos. As demonstrações financeiras apresentam a posição financeira e patrimonial do Fundo, reportada ao final do exercício económico.

6.3.1 – Balanço

Em termos de Balanço, este representa a situação patrimonial do Fundo no fim do exercício, expressando a relação existente entre o ativo, o passivo e os fundos próprios.

Quadro 22 – Balanço (2014-2013)

Contas do Balanço		2014		2013		Variações	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo							
153	Títulos da dívida pública	39.828.334	93,9%	41.652.352	97,7%	-1.824.018	-4,4%
13	Conta no Tesouro	1.823.657	4,3%	670.309	1,6%	1.153.348	172,1%
271	Acréscimos de proveitos	782.772	1,8%	313.908	0,7%	468.864	149,4%
Total do Ativo		42.434.763	100,0%	42.636.569	100,0%	-201.806	-0,5%
Fundos Próprios e Passivo							
Fundos Próprios:							
59	Resultados Transitados	42.636.569	100,5%	44.251.397	103,8%	-1.614.828	-3,6%
88	Resultados Líquidos	-219.953	-0,5%	-1.614.828	-3,8%	1.394.875	-86,4%
Total dos fundos próprios		42.416.616	100,0%	42.636.569	100,0%	-219.953	-0,5%
Passivo:							
273	Acréscimos de custos	17.704	97,6%			17.704	
274	Proveitos diferidos	443	2,4%			443	
Total do passivo		18.147	100,0%			18.147	
Total dos fundos próprios e do passivo		42.434.763		42.636.569		-201.806	-0,5%

Em 2014 o Fundo atingiu um ativo no montante de € 42.434.763, registando-se uma redução de € 201.806, a que corresponde uma variação negativa de 0,5%, face a 2013.

A estrutura do Ativo evidência que os Títulos da dívida pública continuam, à semelhança do que acontecia em 2013, a ter um peso determinante no total do Ativo sendo que, em 2013, representavam cerca de 97,7%, diminuindo ligeiramente em 2014 para 93,9%.

Em títulos da dívida pública encontravam-se registadas todas as aplicações em CEDIC efetuadas pelo Fundo e que, em 31/12/2014, ainda não se encontravam vencidas, correspondendo aos valores indicados no quadro seguinte. O montante indicado de € 39.828.334,28 comparativamente a 2013, apresenta um decréscimo de € 1.824.018, representando uma variação negativa de 4,4%, a qual foi devido ao reembolso de duas aplicações financeiras naquele montante.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 23 - Acréscimos de proveitos- Juros de CEDIC

Montante aplicado	Data de início da aplicação	Data de vencimento	Taxa (%)	Montante líquido a receber na data do vencimento	Juro líquido na data do vencimento	IRC na data do vencimento	Juro ilíquido
797.000,00	28-01-2014	31-12-2014	0,747	801.179,92	4.179,92	1.393,31	5.573,23
1.009.170,00	28-02-2014	31-12-2014	0,781	1.014.194,53	5.024,53	1.674,84	6.699,37
858.837,98	27-03-2014	31-12-2014	0,768	862.671,84	3.833,86	1.277,95	5.111,81
2.316.309,02	03-06-2014	31-12-2014	0,802	2.324.475,07	8.166,05	2.722,02	10.888,07
2.901.324,93	30-06-2014	31-12-2014	0,718	2.909.310,34	7.985,41	2.661,80	10.647,21
5.937.032,00	04-08-2014	31-12-2014	0,769	5.951.204,31	14.172,31	4.724,10	18.896,41
706.577,59	01-10-2014	31-12-2014	0,519	707.272,82	695,23	231,74	926,97
3.408.266,79	20-10-2014	31-12-2014	0,569	3.411.175,75	2.908,96	969,65	3.878,61
1.103.879,22	03-11-2014	31-12-2014	0,570	1.104.639,51	760,29	253,43	1.013,72
14.943.321,09	03-12-2014	31-12-2014	0,610	14.948.638,42	5.317,33	1.772,44	7.089,77
1.535.047,23	30-12-2014	31-12-2014	0,557	1.535.065,05	17,82	5,94	23,76
4.311.568,43	30-12-2014	31-12-2014	0,557	4.311.618,45	50,02	16,68	66,70
39.828.334,28					53.111,73	17.703,90	70.815,63

A conta acréscimos de proveitos atingiu o montante de € 782.772 e engloba o juro ilíquido de € 70.815,63 relativo a CEDIC de 2014 e vencidas em 2015, bem como as transferências obtidas no montante de € 711.956,52 que traduzem a percentagem do produto da alienação de imóveis do Estado atribuída ao Fundo por despacho de afetação nos anos de 2011, 2012 e 2014 (€ 132.823,68) e ainda a contrapartida recebida da aplicação do princípio da onerosidade (€ 579.132,84), conforme se pode observar nos quadros n.ºs 23 e 24.

Face a 2013 registou-se um acréscimo de € 468.864, apresentando uma variação de 149,4%, devendo-se, particularmente, ao recebimento no primeiro trimestre de 2015 de € 579.132,84 proveniente do princípio da onerosidade, considerado como proveito em 2014 e ainda da alteração do procedimento contabilístico de especialização do juro ilíquido.

Quadro 24- Acréscimos de proveitos-Princípio onerosidade/Alienação de imóveis

Objeto	Data do Despacho		Valor a receber
	N.º	Data	
Ex- Escola Básica 2/3- São Pedro do Sul	1862/11-SETF	30-11-2011	7.819,72
Alienação de dois prédios ao Município de Paços de Ferreira	828/14-SET	23-12-2010 11-10-2011 12-05-2014	44.919,05
Edifício ex-SLAT da Covilhã- Turismo Serra da Estrela	15/12-SETF	04-01-2012	1.761,79
Instalações da antiga Estação dos Caminhos de Ferro do Seixal - CVP	222/12-SETF	04-03-2012	5.916,27
Antigas instalações fabris -António Pereira e Vidal e Filhos"- Absolut	226/12-SETF	04-03-2012	8.012,37
Prédio urbano Estação Caminhos Ferro Barros, Grândola - Silvestrand, Lda	2317/12-SET	26-12-2012	523,53
Prédio urbano sito na Calçada S. Lourenço, n.º 2-4, Qualiespaço	Subdiretor-Geral	22-12-2014	10.925,00
Frações F e G na Rua dos Fanqueiros, 90 a 100, Lisboa a Rui Pedro Correia da Silva	Subdiretor-Geral	22-12-2014	26.514,50
Fração E - Av. Ant. Augusto de Aguiar, 32 a 32C, Lisboa a Isabel Martins	Subdiretor-Geral	22-12-2014	10.000,00
Prédio sito Rua de Lisboa, 1, Cascais a José Coelho	828/14-SET	12-05-2014	3.800,00
Fração H do prédio sito R. Santa Catarina, 520, Porto a Ana Almeida	828/14-SET	12-05-2014	2.959,26
Fração F do prédio sito R. Santa Catarina, 520, Porto a Ana Almeida	828/14-SET	12-05-2014	2.959,26
Fração E do prédio sito R. Santa Catarina, 520, Porto a Ana Almeida	828/14-SET	12-05-2014	3.633,76
Prédio Lugar de cabanas, Valpaços - Carlos Alberto Teixeira de Sousa	828/14-SET	12-05-2014	3.079,17
Princípio de onerosidade	2656/14-SET	23-12-2014	579.132,84
Total			711.956,52



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Os Fundos próprios registaram uma diminuição de € 219.953 face a 2013, que corresponde a uma variação de -0,5%, devido ao facto de o resultado líquido do exercício continuar com uma tendência negativa em 2014, apresentando uma variação de -86,4%.

O passivo registou um crescimento de € 18.147, relativamente ao exercício de 2013. Esta variação assenta no aumento de 17.703,90 da conta de acréscimos de custos, atenta à alteração do procedimento contabilístico de especialização do custo referente ao imposto retido na fonte pelo IGCP relativo a CEDIC de 2014 e vencidas em 2015 e, ainda, de € 443,20 da conta proveitos diferidos, que integra a receita proveniente de cedências de utilização sobre imóveis da propriedade do Estado, de janeiro e fevereiro de 2015, cujo recebimento se verificou em dezembro de 2014.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.3.2 – Demonstração de Resultados

A análise do desempenho do Fundo numa ótica de custos e proveitos é proporcionada pela Demonstração de Resultados, por natureza, evidenciando a avaliação do resultado do exercício económico e o modo como foi gerado.

Quadro 25 – Demonstração de resultados (2014-2013)

Contas da Demonstração de Resultados		2014		2013		Variações	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas							
62236	Fornecimentos e Serviços/trabalhos especializados	8.582				8.582	
631	Transferências Correntes Concedidos	2.812.995		2.639.118		173.877	6,6%
651	IRC do ano	61.481		72.646		-11.166	-15,4%
651	IRC do ano a vencer no ano seguinte	17.704		20.674		-2.970	-14,4%
	Total dos Custos Perdas operacionais	2.900.761		2.732.438		168.323	6,2%
697	Correções relativas a exercícios anteriores	1.496				1.496	
	Total dos Custos extraordinários	1.496				1.496	
	Total dos Custos Perdas	2.902.257		2.732.438		169.819	6,2%
Proveitos e Ganhos							
742	Transferências Correntes Obtidas						
	Transferências /outros proveitos (alienações c/ despacho do ano e recebido nesse ano)	612.286		16.378		595.909	3638,6%
	Transferências/outros proveitos (alienações c/ despacho do ano a receber em anos seguintes)	63.871		37.119		26.752	72,1%
	Transferências /outros proveitos (p. onerosidade)	1.091.443		122.716		968.727	789,4%
	Transferências /outros proveitos (p. onerosidade a receber no ano seguinte)	579.133				579.133	
	Transferência/outros proveitos pagamento da compensação anual	18.789				18.789	
	Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	2.365.522	88,2%	176.212	15,8%	2.189.310	1242,4%
781	Juros Obtidos						
	Juro ilíquido do ano	245.922		290.584		-44.662	-15,4%
	Juro ilíquidos a receber no ano seguinte	70.816		82.696		-11.880	-14,4%
	Total de Proveitos e Ganhos Financeiros	316.738	11,8%	373.280	33,4%	-56.542	-15,1%
797	Correções relativas a exercícios anteriores	45		568.118		-568.073	
	Total dos Proveitos e ganhos extraordinários	45		568.118	50,8%	-568.073	
	Total de Proveitos e Ganhos	2.682.305	100,0%	1.117.610	100,0%	1.564.694	140,0%
Resultados							
81	Resultados Operacionais						
	Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	-535.239		-2.556.226		2.020.987	-79,1%
82	Resultados Financeiros						
	Proveitos Financeiros	316.738		373.280		-56.542	-15,1%
83	Resultados Correntes						
	Resultados operacionais+Resultados Financeiros	-218.501		-2.182.946		1.964.444	-90,0%
84	Resultados Extraordinários						
	Proveitos Extraordinários	-1.451		568.118		-569.569	-100,3%
88	Resultados Líquidos do Exercício						
	Resultados Correntes ± resultados extraordinário	-219.953		-1.614.828		1.394.875	-86,4%

Os proveitos globais gerados foram de € 2.682.305 enquanto os custos totais foram de € 2.902.257, gerando um Resultado Líquido do exercício negativo de € 219.953.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Em termos de proveitos e ganhos verifica-se que os proveitos operacionais, que resultam da atividade corrente do Fundo, são os que apresentam mais relevância com 88,2% do total dos proveitos, seguindo-se os proveitos e ganhos financeiros com cerca de 11,8%.

Por comparação com os proveitos operacionais de 2013, verifica-se um aumento de € 2.189.310, resultante do acréscimo da receita proveniente da aplicação do princípio da onerosidade e, ainda, da cedência/alienação de imóveis, atenta a alteração verificada pelo Despacho n.º 828/14, de 12 de maio, da Senhora Secretária de Estado do Tesouro ao determinar a afetação ao Fundo de 10% da receita desta proveniência relativamente às operações imobiliárias realizadas em 2014.

Quanto aos proveitos financeiros/juros obtidos apresentaram uma quebra de € 56.542 em relação a 2013, com uma variação de -15,1%, justificada essencialmente pela descida verificada nas taxas de juro no 1.º, 2.º e 3.º trimestre de 2014 que se situaram em 0,7% e no 4.º trimestre passaram para 0,5%, o que implicou uma diminuição dos rendimentos das aplicações financeiras em CEDIC.

No que respeita aos custos operacionais sofreram um ligeiro acréscimo no montante de € 168.323, que representa uma variação de 6,2%. Este crescimento resulta principalmente do aumento das transferências efetuadas para os serviços beneficiários no âmbito dos contratos de financiamento celebrados, dado que o imposto retido na fonte pelo IGCP e respeitante aos CEDIC apresentou um decréscimo de € 14.136.

Pela análise aos resultados operacionais, constata-se que os proveitos operacionais não foram suficientes para comportar a despesa da mesma natureza, ou seja, os proveitos resultantes da atividade corrente não comportaram os custos correntes, sendo o resultado operacional de - € 535.239 face aos - € 2.556.225,73 apurados em 2013. Para esta evolução foi determinante o aumento significativo das transferências obtidas pelo Fundo em 2014.

Situação semelhante acontece com os resultados correntes (somatório dos resultados operacionais mais os resultados financeiros) que registaram um acréscimo de € 1.964.444. Tal variação deveu-se igualmente ao aumento das transferências obtidas pelo Fundo, dado que os juros obtidos registaram uma quebra de 15,1% face a 2013.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

7. Síntese conclusiva

O ano de 2014 pode considerar-se como mais um ano de consolidação na prossecução dos objetivos estabelecidos, tendo-se verificado um significativo avanço quer no processo de apreciação e aprovação de novas candidaturas submetidas ao Fundo quer na contratação. Com efeito, durante o ano foram celebrados 27 novos contratos de financiamento, permanecendo no final de 2014 um universo de 26 candidaturas para contratar.

Verificou-se também uma evolução positiva na execução financeira, tendo registado um acréscimo no volume de pagamentos aos serviços beneficiários que passou de 2.639,1 milhares de euros em 31 dezembro de 2013 para 2.813 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014. Porém, houve constrangimentos que obstaram a uma maior concretização das operações contratadas, designadamente os atrasos registados quer no lançamento dos procedimentos de contratação pública a incorporar na execução das empreitadas de obras quer na publicação das portarias de extensão de encargos nos casos em que a execução das obras envolve encargos orçamentais em mais de um ano económico.

Ao nível da execução financeira constata-se que ainda persiste um significativo desfasamento relativamente aos montantes aprovados, situação esta que se deve essencialmente às restrições orçamentais decorrentes da conjuntura económica e financeira e que conduzem a que os serviços beneficiários não disponham de dotação para assegurar a parte não comparticipada pelo Fundo.

Em termos de recursos financeiros utilizados na prossecução das atividades desenvolvidas, a dotação inscrita no orçamento para 2014 ascendeu a € 5.675.627,00.

Para o ano 2015 o Fundo tenciona continuar a dar prioridade ao aumento da execução financeira, e dessa forma mobilizar esforços significativos para prosseguir com o financiamento das operações necessárias à reabilitação e conservação do património imobiliário do Estado em/para utilização por parte dos serviços e organismos públicos, contribuindo desse modo para melhorar a utilidade e funcionalidade desse património.

Para o efeito, pretende-se prosseguir com a divulgação do Fundo junto dos serviços e organismos públicos que utilizem ou ocupem imóveis ou partes de imóveis da titularidade do Estado, por forma a estes tenham melhor conhecimento da realidade do objeto e finalidade do Fundo.

É também objetivo dar continuidade a um acompanhamento mais efetivo das candidaturas aprovadas e ainda não contratadas ou que não tenham execução, tendo em vista a respetiva concretização ou o eventual cancelamento/desistência das mesmas ou eliminação dos compromissos financeiros quando não se preveja a sua execução, com consequente libertação de recursos para reafecção a outras candidaturas.

Pretende-se ainda concluir o processo de operacionalização de apresentação de candidaturas online, visando a normalização do conjunto de documentos que devem ser submetidos relativamente a cada candidatura e a otimização dos tempos de verificação e apreciação das mesmas, bem como permitir aos serviços beneficiários a consulta e interação fácil em qualquer momento e em qualquer fase do ciclo das candidaturas. Esta funcionalidade encontra-se pendente do projeto em desenvolvimento pela DGTF e que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Pretende-se também rever alguns aspetos do regulamento de gestão do Fundo, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, de forma a contemplar a alteração introduzida ao objeto e finalidade do Fundo pela Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o

Orçamento do Estado para 2013 e que conferiu nova redação aos artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro. A referida revisão visa ainda adequar o enquadramento legal em vigor ao que tem sido a atividade efetiva do Fundo, alterando e agilizando procedimentos, com vista a ultrapassar as dificuldades sentidas pelos serviços beneficiários e unidades de gestão patrimonial.

Em, 20 de abril de 2015

A COMISSÃO DIRETIVA

Elsa Roncon Santos
(Presidente)

Bernardo Alabaça
(Vogal)

Graciete Calejo Pinto
(Vogal)